



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

CÌNTIA RIBEIRO DOS REIS

**TRABALHO INFANTIL EM FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS:
UM ESTUDO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS**

**CACHOEIRA - BA
2014**

CÍNTIA RIBEIRO DOS REIS

**TRABALHO INFANTIL EM FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS:
UM ESTUDO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Ms Marcia da Silva Clemente

CACHOEIRA – BA
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Reis, Cíntia Ribeiro dos.

Trabalho infantil em feira livre no município de Cruz das Almas: um estudo sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. 2014 / Cíntia Ribeiro dos Reis._ Cruz das Almas, BA, 2014.

81f.: il.

Orientadora: Marcia Clemente.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes Humanidades e Letras Colegiado de Serviço Social.

1. Trabalho Infantil. 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. 3. Proteção. I. Título.

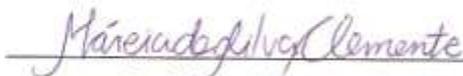
Ficha elaborada pelo autor.

CINTIA RIBEIRO DOS REIS

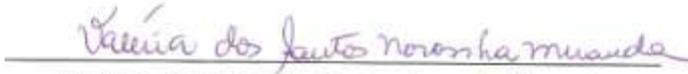
O TRABALHO INFANTIL EM FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS:
um estudo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Cachoeira – BA, aprovada em 17/11/2014.

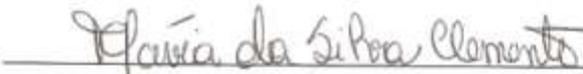
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Márcia da Silva Clemente
(Orientadora – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)



Prof.^a Ms. Flávia da Silva Clemente
(Membro Externo – UFPE)

Dedico este trabalho aos meus pais
Letícia e Gilberto, à minha irmã Vanessa,
eles foram os grandes incentivadores,
exemplos de amor, dedicação e luta,
responsáveis por este momento.

À professora Marcia pelo apoio,
compreensão e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Nada melhor para simbolizar esta vitória do que agradecer! Estas poucas linhas não serão suficiente para enumerar as pessoas especiais que passaram pela minha vida e que me ajudaram nestes anos acadêmicos. Vou tentar fazer jus: Agradeço a Deus por me iluminar, permitindo que eu alcançasse mais esta etapa da minha vida. Ao meu pai Gilberto, meu grande amigo, herói e incentivador. A minha amada mãe Letícia, por todo seu apoio, por me transmitir amor, força e generosidade. Eles que desde o início de minha existência se preocuparam com meus estudos. A minha irmã Vanessa que esteve comigo sempre, me apoiou todas as vezes que precisei , obrigado pelo companheirismo. A eles que dedico especialmente esta conquista. A todos os meus familiares e amigos que de alguma forma me ajudaram a realizar esse grande sonho. Às colegas de curso, pelas trocas tão valiosas. Aos professores, fundamentais no meu crescimento pessoal e profissional; em especial a minha orientadora Marcia Clemente por toda a sua dedicação e compreensão. Enfim, agradeço de coração a todos àqueles que torceram pela minha conquista.

“Toda criança é um testemunho da eternidade, uma certeza da renovação da vida, a portadora de um mistério. A criança é sempre um recomeço da humanidade, uma nova partida rumo ao infinito, uma parcela do espírito humano que poderá ser o repositório de uma mensagem ou o nascedouro de um novo tempo para todos os seres humanos. Toda criança é um ser humano, fisicamente frágil mas com o privilégio de ser o começo da vida, incapaz de se auto proteger e dependente dos adultos para revelar suas potencialidades, mas por isso mesmo merecedora do maior respeito”.

(Dalmo de Abreu Dallari)

RESUMO

Esta pesquisa que possui como tema Trabalho Infantil em ferira livre do município de Cruz das Almas: um estudo sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos foi desenvolvida entre junho e outubro de 2014, objetivou-se analisar e avaliar a eficácia do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV). Tal serviço constitui-se como política pública estratégica do governo federal, para enfrentar a problemática do trabalho infantil compreendida como uma das múltiplas expressões da questão social. A metodologia da pesquisa foi qualitativa, através da realização de entrevista semi- estruturada com o intuito de trazer a discussão dos profissionais responsáveis que atuam no SCFV do referido município. A pesquisa desenvolvida parte de uma análise histórica da evolução e das reconfigurações do trabalho infantil nos diversos contextos sociais, destacando sua funcionalidade ao sistema capitalista, numa conjuntura de crescente pobreza, precarização do trabalho e deterioração das relações sociais, bem como a políticas públicas destinadas a elas. As análises dos dados apontaram como principais motivos para os usuários do serviço permanecerem em situação de trabalho infantil foram; técnicos despreparados para atuarem junto às crianças e aos adolescentes; ações sócio-educativas oferecidas sem o devido planejamento; a ausência de investimentos para subsidiar a efetividade dos projetos, necessidade da articulação intersetorial da rede de proteção, entre outros fatores. Tendo em vista essas considerações notou-se a necessidade de uma avaliação sistemática para identificar seus elementos de fragilidade que subsidiem reformulações para torná-lo cada vez mais capaz de favorecer o afastamento da criança e adolescente do mundo do trabalho, de modo que o acompanhamento da população infanto-juvenil seja de forma integral voltada para a construção de um modelo de proteção social estrutural que priorize a defesa, proteção e atenção a esse público garantindo-lhes o direito à proteção integral, devendo voltar-se para a questão do desenvolvimento deste como fator prioritário para o enfrentamento dessa problemática, articulando suas ações com outras políticas que possam contemplar todos os elementos inerentes a esta questão social em tela.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Políticas sociais públicas. SCFV. Proteção.

ABSTRACT

This research has as its theme "Child labor in street fairs in the municipality of Cruz das Almas: a study on the familiarity service and bond strengthening" was developed between June and October 2014. It aimed to analyze and evaluate the effectiveness of the familiarity service and bond strengthening (FSBS). Such service is considered as a strategic public policy of federal government to face the problem of child labor, understood as one of the many expressions of social matter. The research methodology was qualitative through semi-structured interviews in order to bring the point of views of responsible professionals who work in FSBS of that municipality. The developed research comes from a historical analysis of the evolution and reconfiguration of child labor in different social contexts, highlighting its functionality for the capitalist system, in an environment of growing poverty, job insecurity and deteriorating social relations, as well as public policies designed to them. Data analyzes pointed as the main reasons for the service users to remain in a situation of child labor were: unprepared technicians to work with children and adolescents; socio-educational activities offered without proper planning; the lack of investment to support the effectiveness of the projects; need for intersectoral coordination of safety net; among other factors. Given these considerations, we realized the need for a systematic evaluation to identify its elements of weakness that subsidize reformulations to enable the removal of the adolescents from the work so that the monitoring of the child population occurs integrally toward the construction of a structural model of social protection that prioritizes security and attention to this public, guaranteeing them the right to full protection and considering it a priority factor to face this problem, coordinating its actions with other policies that can address all the elements inherent in this social issue.

Keywords: Child Labor. Public Social Policies. FSBS. Protection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Idade dos participantes da pesquisa.....	48
Figura 2 – Cargo exercido pelos participantes da pesquisa.....	49
Figura 3 – Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa.....	49
Figura 4 – Qual o sexo dos colaboradores da pesquisa?	50
Figura 5 – Qual a raça dos colaboradores da pesquisa?	50

LISTA DE SIGLAS

CTL - Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU - Organização das Nações Unidas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a infância

OIT - Organização Internacional do Trabalho

CF- Constituição Federal

FUNABEM- Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 TRABALHO INFANTIL.....	17
2.1 Definição de Trabalho.....	17
2.2 Aspectos históricos do trabalho infantil.....	21
2.3 Trabalho Infantil no Brasil.....	25
3 O TRABALHO INFANTIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	31
3.1 Política de Assistência a Infância no Brasil: Da roda dos expostos aos Institutos Correcionais e a Constituição de 1988.....	31
3.2 O Debate do Serviço Social e o Trabalho Infantil.....	39
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
4.1 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	43
4.2 Tipo de Pesquisa.....	45
4.3 Instrumento de Coleta de Dados.....	46
4.4 Sujeitos da Pesquisa.....	46
4.5 Local da Pesquisa.....	47
4.6 Perfil dos Entrevistados.....	47
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES.....	84
A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	84
B – Questionário com perguntas direcionadas aos profissionais dos serviços.....	86

1 INTRODUÇÃO

O aumento da pobreza tem trazido sérias implicações para a sociedade brasileira, sobretudo para as classes menos favorecidas. Essa realidade é Resultado de uma política econômica excludente assentada no modelo neoliberal e globalizado, da qual o Brasil tem se apropriado e que tem causado um aprofundamento das condições de miserabilidade da população e consequente aumento das desigualdades. Neste contexto, a questão do trabalho infantil, especificamente, é uma das mais graves expressões da questão social.

Em razão desse contexto a Organização Internacional do Trabalho (OIT) voltou-se para o fenômeno do trabalho infantil por meio de intensas discussões que resultaram na publicação de convenções a respeito da temática em questão. O Acordo 138 no ano de 1973, sobre a idade mínima para o trabalho, a Convenção 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil em 1999, a Recomendação 190 sobre a proibição das piores Formas do Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação no ano de 1999, sendo ratificadas pelo Brasil, em 02 de fevereiro de 2000.

O Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) por sua vez, sinalizou e questionou em seus debates e discussões a exploração e a violência da situação das crianças trabalhadoras do Brasil. Em réplica a essas indagações e no interesse de adequar-se às normas estabelecidas pelas convenções da OIT, o Brasil vem mais intensamente desde o início da década de 90, período da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), normatizando e legislando acerca do trabalho infantil e da proteção das crianças e adolescentes, com vistas à Proteção Integral dos mesmos

]O trabalho precoce caracteriza-se por ser uma questão polêmica, incidente em todas as sociedades. Um tema bastante discutido na atualidade entre sociólogos, educadores e psicólogos é a importância da infância como espaço de tempo para a realização de brincadeiras, ou seja, o brincar como espaço de lazer, visto como constituinte do sujeito e do desenvolvimento de sua subjetividade.

O trabalho infantil foi tolerado pelo governo e pela sociedade civil até meados da década de 1980, década em que se intensificou as mobilizações sociais promovido por entidades da sociedade civil e por organismos internacionais, em defesa dos direitos das crianças e adolescentes exploradas do trabalho, sendo este

movimento essencial para a formação da doutrina da proteção atual . Continuamente, os programas sociais foram repercutindo na erradicação do trabalho infantil, por meio da mobilização de diversos setores sociais e das investigações e denúncias pelos órgãos competentes. Em 2008, foi assinado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto 6.481 de 12 de junho, que proíbe as piores formas de trabalho infantil, reconhecendo também, o trabalho doméstico como uma forma de exploração da mão de obra infantil.

Apesar disso, milhares de crianças continuam trabalhando no Brasil, reproduzindo o ciclo vicioso da miséria. No Brasil, há 3,5 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, explorados/as no trabalho. Na composição deste grupo, 81 mil são crianças na faixa etária entre 5 e 9 anos, 473 mil entre 10 e 13 anos e cerca de 3 milhões entre 14 e 17 anos. (PNAD, 2012)

O papel do Estado é o de atender ao público infanto-juvenil de maneira concreta, combatendo eficazmente e de forma efetiva o trabalho infantil em situação de risco social, melhorar a sua condição de vida auxiliando materialmente as famílias pobres, assim como os seus filhos, investindo em áreas sociais como habitação, saúde, educação, alimentação e outras. Tendo o comprometimento de mobilizar, articular e executar medidas para que esse compromisso de erradicação do trabalho infantil se torne realidade, desenraizando da sociedade a exploração do trabalho Infantil.

Neste sentido se enquadra o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, gerido pela Política de Assistência Social, composto por famílias em situação de vulnerabilidade social, uma que não consegue acompanhar a dinâmica da sociedade salarial contemporânea e por consequência depende de programas de proteção social, isto porque a realidade do mercado de trabalho para esse segmento populacional é composta por baixos salários, desemprego prolongado e empregos informais.

As principais causas do trabalho precoce dentre elas estão; a falta de garantia de direitos sociais , a moradia precária, a fome, a violência, a dificuldade de acesso a serviços sociais, ao trabalho e a renda, bem como a da perda dos direitos básicos. Estes impactos são algumas das consequências das muitas expressões da questão social hoje.

Desde meados da década de noventa, o governo brasileiro pressionado por organismos internacionais, tais como a ONU – Organização das Nações Unidas, a

OIT – Organização Internacional do Trabalho e diversos setores da sociedade civil brasileira, tem buscado desenvolver ações no sentido de encontrar respostas para superação de tal problemática.

Dentre estas ações, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos(SCFV) está no âmbito de organização do SUAS, está centrado no nível de proteção social básica. Esse nível de proteção social tem um caráter eminentemente preventivo e proativo. Nesse sentido as ações do serviço visam estar trabalhando com as aquisições progressivas aos usuários para enfrentar suas vulnerabilidades relacionais. As principais diretrizes da política de assistência social é pautada nas vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos os seus destinatários. O SCFV tem como objetivo fortalecer vínculos familiares, acolher, crianças e adolescentes e a família como um todo para que essas pessoas descubra seu papel na sociedade, suas potencialidades, resgate sua autonomia e dignidade.

Objetivou-se com o desenvolvimento desse trabalho compreender o trabalho infantil em feira livre a partir do estudo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

O interesse pelo tema trabalho infantil surgiu desde quando eu acompanhava minha mãe na feira livre e presenciava a dura realidade de várias crianças e adolescentes empurrando carro de mão em condições precárias, este tipo de trabalho que é considerado sub-humano para a classe infanto-juvenil. Diante dessa problemática sempre fazia questionamentos sobre a existência de crianças trabalhando nas feiras livres já que a Constituição no seu Art. 7, XXXIII, e o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Artigo 60 proíbe o trabalho infantil.

Outro fator que contribuiu para a escolha dessa temática foi a experiência durante o Estágio Supervisionado, no qual houve uma aproximação maior com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Cruz das Almas-Bahia, com o seu funcionamento, sua dinâmica naquela localidade, a partir desse contato comecei a refletir porque aquela instituição que foi criada com o objetivo de articular um conjunto de ações visando a retirada de crianças e adolescentes da prática de trabalho infantil, conforme prevê a Constituição Federal em seu Artigo 227 não moviam ações para impedir que as crianças e adolescentes inseridas no programa fossem trabalhar nas feiras livres. Em vista dessa realidade, essa manifestação da questão social passou a me incomodar por entender que o trabalho

infantil pode diminuir as capacidades, habilidades e desenvolvimentos das potencialidades de crianças e adolescentes, acarretando perda de etapas fundamentais da sua vida, o que as obriga a um amadurecimento precoce, o que é uma violação de direitos, pois é negado a eles, tempo, espaço e condições favoráveis para o seu desenvolvimento. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), nesta fase da vida as crianças vivem um processo de mudança e formação, por isso é fundamental que os mesmos tenham uma infância cercada de carinho dos familiares e com todo direito de estudar e lazer.

A importância de tratar o tema se deu pela compreensão de que todos os esforços contra o trabalho infantil contribuem para a redução da pobreza, desigualdades e exclusão social visto que o trabalho está diretamente relacionado com o desempenho escolar, diminuindo suas chances de terem sucesso na vida profissional. Assim se faz necessário discutir esse fenômeno que deslegitima o que é previsto na Constituição Federal 1988 Art. 227, e no Estatuto da Criança e do adolescente a Lei nº 8069-90.

O presente estudo visa contribuir para as reflexões acerca do trabalho infantil e a forma de enfrentamento da questão por parte do Estado e das políticas públicas no município de Cruz das Almas. E com isso contribuir para que a comunidade conheça a realidade dessas crianças e os reconheçam como sujeitos direitos, que devem ter garantidos por meio das políticas públicas, assim despertar o interesse da sociedade para as especificidades desse público o que pressupõem a necessidade de políticas específicas que atendam seus anseios.

Para a realização desse estudo foram utilizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema, entrevistas semi estruturadas com dez perguntas abertas os profissionais que atuam no serviço . O trabalho será apresentado em três capítulos. No primeiro, serão apresentadas considerações sobre a história da infância do mundo e no Brasil , a partir de uma retrospectiva histórica referenciada na Revolução Industrial, no modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro e suas consequências para a sociedade, em especial para as crianças e adolescentes.

O segundo capítulo discorrerá sobre o trabalho infantil, a partir do serviço social e a Política de Assistência no decorrer da história. Será introduzida ainda, a discussão da forma como trabalho infantil vem sendo encarado e evolução da proteção ao pequeno trabalhador.

. No terceiro será apresentado um detalhamento do sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do contexto em que foi criado. Serão apresentados os dados qualitativos coletados através das referidas entrevistas com profissionais envolvidos. No SCFV, evidenciando suas características e as opiniões dos entrevistados sobre as diferentes concepções do trabalho infantil. Apresentam-se, também, os resultados da pesquisa e a avaliação do SCFV no município de Cruz das Almas, destacando-se suas fragilidades e potencialidades.

Por fim, nas considerações finais serão sinalizados fatores que colaboram e/ou impedem a efetiva retirada das crianças e adolescentes do trabalho e que poderão colaborar para redirecionar as ações do Serviço e Convivência e Fortalecimento de Vínculos e das demais políticas sócias públicas direcionada para o enfrentamento da temática em questão.

2 TRABALHO INFANTIL

2.1 Definição de Trabalho

Como o foco desta pesquisa é o trabalho infantil, especificamente no município de Cruz das Almas, torna-se indispensável explicitar qual o conceito de trabalho adotado para a realização da análise proposta.

O conceito de trabalho pode ser compreendido como uma atividade específica da espécie humana, sendo este o início para a sua humanização, na relação que se estabelece entre o homem e a natureza, de modo que este se diferencia dos animais ao produzir valores ou bens social ou individualmente úteis e satisfazer assim suas necessidades. Nas palavras de Marx (apud ANTUNES, 2007, p. 125):

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Concebendo-se a formulação marxiana do trabalho e este como ponto de partida para o processo de humanização do ser social, o trabalho é na sociedade capitalista considerado como degradado e aviltado. O novo processo de trabalho se converteu em meio de subsistência, e a mão-de-obra do trabalhador se transforma em mercadoria, cujo o objetivo vem a ser a produção de produtos. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única alternativa de sobrevivência do despossuído (ANTUNES, 1999).

Nesse sentido o trabalho perde seu caráter humanizador, que completa o indivíduo e contribui para seu desenvolvimento enquanto ser humano. As novas relações de trabalho estabelecidas advinda com o novo modo de produção capitalista levam a desumanização e à alienação. Há trabalhos que embrutecem e deformam, além de não proporcionar condições para escapar da situação de penúria e privação na vida pessoal, familiar e social. Como analisou o filósofo alemão Karl Marx em " O Manifesto do Partido Comunista".

O desenvolvimento da burguesia, isto é do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem á medida que encontram trabalho á medida seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, compelidos a venderem-se a retalho, são uma mercadoria como

qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX e ENGELS, 2008, p.19-20).

É fácil incluir o trabalho infantil nessa última perspectiva. Como afirma (Silva,2002) a Revolução Industrial que transformou o processo de produção mecanizada, acabaram inserindo precocemente as crianças e adolescentes no mercado de trabalho, nas condições atuais – e históricas – do capitalismo no Brasil exemplifica bem essa perspectiva de trabalho, situação que não é muito diferente para imensos setores da população adulta trabalhadora.

Analogamente, a criança de nossos dias compartilha com o adulto a divisão do trabalho braçal, a carga horária pesada do trabalho no comércio informal, o gerenciamento do lar em ocasião da ausência dos pais, o convívio em ambientes de adultos. Precocemente, vê-se, então, essa criança acometida por uma responsabilidade adulta que a obriga a abreviar ou encolher seus anos de infância para assumir o seu papel efetivo perante a sociedade que compõe. (ALMEIDA, 2006, p. 549).

No século XXI ocorre a Mundialização da economia, essa nova configuração do desenvolvimento do capital, provocou uma tendência dos mercados de trabalho em reduzir o número de trabalhadores efetivos e empregar cada vez mais trabalhadores que sejam facilmente demitidos sem custos. “A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente (ALVES, ANTUNES, 2004,p.335).

A classe trabalhadora, na atualidade, compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que sobrevivem da venda da sua força de trabalho e que não detém dos meios de produção. Uma tendência do mundo moderno, o mundo do trabalho tem se utilizado da inserção precoce e criminosa de crianças e adolescentes nas mais diversas atividades produtivas, comprometendo seu futuro profissional, pois enquanto eles trabalham, seus estudos ficam comprometidos, sua dignidade é desrespeitada, seus direitos são violados, formando assim um círculo vicioso, onde a pobreza e a desigualdade aumentam a cada dia.

No Brasil, em 1891, instituía-se a idade mínima de 12 anos para a entrada no mercado de trabalho. As Constituições de 1934, 1937 e 1946 ampliaram a idade mínima para 14 anos. Contudo, em 1967, ocorreu o retrocesso na legislação

trabalhista, que em plena ditadura militar reduziu esse limite para 12 anos. Atualmente, a legislação brasileira, por meio da Emenda Constitucional 20/98 e da lei aprovada em 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000a, que altera disposições da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), estabeleceu que a idade mínima para a inserção no mercado de trabalho é 16 anos. Ressalvando a possibilidade do adolescente exercer trabalho remunerado na condição de aprendiz, dos 14 aos 16 anos, com direitos trabalhistas garantidos, em jornada e regime especificados na lei. E também determinou a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre antes do dezoito anos. Em outras palavras é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendizagem, a partir do quatorze anos (BRASIL, LEI 10.097/2000, ART. 10).

Dessa maneira, podemos considerar que o trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação vigente, que objetiva impedir que a atividade de trabalho se realize de forma prejudicial, seja ao desenvolvimento físico ou ao desenvolvimento intelectual.

Seguindo essa linha de raciocínio, as condições degradantes de exploração e os prejuízos à saúde e ao desenvolvimento da criança ou adolescente que realiza a atividade é que seriam critérios para caracterizar o trabalho infantil. Vale destacar que o mero fato de trabalhar “em casa” ou “com a família” não descaracteriza o trabalho infantil. Mesmo no espaço do trabalho em família, sabe-se que muitas crianças são submetidas a exaustivas jornadas de trabalho na lavoura familiar ou são responsabilizadas por todos os afazeres domésticos e cuidados com os irmãos menores em casa, o que impede a ida a escola ou brincar.

O número meninas trabalhadoras é menor do que o de meninos. Este fato não significa que elas trabalhem menos. A dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, sem escola, atinge quase dois milhões de crianças e adolescentes entre dez e 17 anos. Temos um enorme contingente de crianças e adolescentes, principalmente meninas, que cuida da casa e dos irmãos para que seus pais possam trabalhar. O trabalho dessas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção da família (RIZZINI, 2008, p.382).

Um tema bastante discutido na atualidade entre sociólogos, educadores e psicólogos é a importância da infância como espaço de tempo para a realização de

brincadeiras, ou seja, o brincar como espaço de lazer, visto como uma condição essencial para o seu desenvolvimento.

De acordo com Pedroza as brincadeiras permite á criança o desenvolvimento da sua individualidade, colaborando desta forma, para ampliação do seu cognitivo e afetivo. Seja pela busca de satisfazer seus desejos, anseios, seja por exercitar sua capacidade imaginativa, comunicativa, criativa ou emocional. Assim, “a brincadeira assume um papel essencial porque se constitui como produto e produtora de sentidos e significados na formação da subjetividade da criança”. (PEDROZA, 2005, p. 62).

[...] o brincar, o faz-de-conta, contribuem no desenvolvimento do raciocínio, na coordenação motora ampla e fina, na autoestima, na socialização, na autonomia e na criticidade dos mesmos. Com essa prática pedagógica, o pedagogo se apropria do contexto social de seus alunos, desenvolvendo com eles uma relação de afetividade, confiança e cumplicidade, indispensáveis para efetivar os objetivos pedagógicos da área social (CRUZ, 2007).

Entretanto, a partir da Revolução Industrial o uso da força de trabalho da criança passou a ser difundida em larga escala e exercida em condições perigosas, insalubres, e prejudiciais á saúde e ao desenvolvimento da criança ou adolescente que realiza a atividade. Dentro deste contexto o Trabalho perdeu seu caráter como parte do processo de socialização, as crianças são obrigadas a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou o de suas famílias, com consequentes prejuízo no seu desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e social.

Dentro desta conjuntura, a criança é privada brincar e, desde cedo, acumula responsabilidades. Não vive sua infância e perde o seu direito à liberdade, ao lazer e à proteção. O trabalho infantil gera e aprofunda as desigualdades sociais, fazendo com que a criança não amplie satisfatoriamente o seu desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e social.

A vulnerabilidade social que crianças e adolescentes vivenciam, pode diminuir as capacidades e habilidades para desenvolver suas potencialidades, acarretando perda de etapas fundamentais da sua vida, o que as obriga a um amadurecimento precoce, a exemplo do trabalho infantil, que é uma violação de direitos, pois é negado à criança e ao adolescente, tempo, espaço e condições favoráveis para o seu desenvolvimento. De acordo com a UNICEF, nesta fase da vida elas vivem um processo de mudança e formação, por isso é fundamental que as crianças tenham

uma infância cercada de carinho dos familiares e com todo direito de estudar, brincar e fantasiar.

As crianças e os adolescentes na realização das suas atividades no local de trabalho ficam expostos a produtos químicos, realizam trabalho que demandam esforços físicos, tem contato com produtos inflamáveis e explosivos em condições de risco acentuado, trabalham em ambientes sujos, são submetidas a longas e penosas tarefas. E um dos efeitos dessa prática são os reflexos na saúde das crianças a nível físico e psicossocial.

"A exaustão corporal provocada por uma carga de trabalho além do 'suportável' pelo organismo do indivíduo – fadiga ocupacional, muscular, visual – associada a um aporte nutricional insuficiente, parecem ser os fatores precipitantes para o desenvolvimento das patologias" (ASMUS, 2001).

Desse modo, a maioria dos países modernos conta com uma legislação regulamentadora do trabalho infanto-juvenil, que tem intuito impedir que a atividade de trabalho se realize de forma prejudicial, seja ao desenvolvimento físico ou ao desenvolvimento intelectual. (ANTUNIASSI, 1983).

2.2 Aspectos históricos do trabalho infantil

Neste tópico me propôs analisar o atual debate sobre trabalho infantil compreendendo as raízes que o relacionam ao passado. Desse modo, recorre ao exercício de revisão e sistematização dos registros históricos sobre a temática em questão. Portanto, a partir desse conhecimento histórico, procurei resgatar a origem do trabalho infantil no mundo e no Brasil, assim como a evolução das normativas reguladoras ou proibitivas desta prática.

O trabalho infantil de acordo com os autores sempre existiu. Entretanto, completamente diferente do trabalho instalado na atual conjuntura. O sentido do trabalho na vida da criança, nas sociedades primitivas era dotado de valor útil. Constituía processos de aprendizagens, era sinônimo de formação e sociabilidade.

Na Idade Média o trabalho infantil possuía um sentido educativo, que tinha como objetivo o aprendizado de um ofício e a formação profissional. O trabalho era realizado no ambiente doméstico, e também nas corporações de ofícios, os quais pela convivência buscavam garantir a internalização de hábitos, valores e

conhecimentos, de acordo com a camada social pertencente. Conforme Silva (2002) as atividades eram desenvolvidas paulatinamente, de acordo com o ritmo biológico, cultural e a condição física da criança e do adolescente.

O trabalho das crianças e dos adolescentes era uma prática constante na sociedade medieval, estimulado pelas famílias e adotado por todos independentemente de suas condições financeiras. O objetivo dessa ação, considerada um hábito no período, era desenvolver a capacidade laborativa dos mesmos e a instrução das crianças para que se tornassem adultos capazes e aptos ao trabalho, independentes para percorrer seus próprios caminhos.

Nessa época havia um desconhecimento da infância como uma etapa de desenvolvimento, pois logo que a criança possuía estrutura física, ela era ingressada no mundo dos adultos, realizando atividades conforme o grupo social ao qual pertencia. Nesse sentido pode-se afirmar que há uma naturalização do trabalho para as crianças pobres. Corroborando Nunes (2003, p.73) “incute-se na criança o padrão absoluto das relações sociais presente em seu meio[de modo que] o processo de socialização a que ela é submetido carrega um simbólico referendado nas práticas sociais do mundo adulto”. Segundo Ariés *apud* Rodrigues e Lima (2007, p.60) “tudo indica que a idade de sete anos marcava uma etapa de certa importância: era a idade geralmente fixada pela literatura moralista e pedagógica do século XVII para a criança entrar na escola ou começar a trabalhar”.

Nos séculos XVII e XVIII a construção do significado da infância se consolida, e a criança passa a ser vista como um ser que precisa de cuidados por parte da família. Com a transformação dos valores da educação, que passa a ser realizada via escola e não mais pelas famílias, associado a especialização demográfica das idades e da especialização social, surgem dois tipos de infância, uma prolongada e uma curta, a primeira destinada às crianças ricas com direito ao ensino longo, permitindo-as o retardo no ingresso ao trabalho, e a segunda às crianças pobres com direito ao ensino curto, que permaneceram com precocidade da passagem para a vida adulta. Nota-se que essa mudança no modo de tratar a criança não existiu para as crianças das camadas populares. (Rodrigues e Lima, 2007, p.62)

Ao longo do desenvolvimento das sociedades, o olhar e as ações propostas para as crianças estarão condicionada pelas relações de desigualdades sociais, no qual a realidade do trabalho precoce só foi vivenciada pelas crianças pobres, excluída das decisões políticas, da distribuição de renda, das manifestações

culturais, enfim, da condição de cidadã. Na verdade, verifica-se que a exclusão social desses menores e de suas famílias, ensejou, ao mesmo tempo, a inclusão prematura na atividade laboral.

“O significado que a infância adquire ao longo da história enseja, assim, ambivalência de uma rica e de outra pobre. À primeira, a proteção e o aconchego do lar. À segunda, a vigilância, a liberdade e os perigos da rua. À primeira, a educação. À segunda, o trabalho ou a formação profissional. A criança que surge com o modelo de família burguês exprime as transformações que o sentimento da infância sofreu”.(Rodrigues, Lima, 2006 p. 63)

A mão-de-obra infantil integrou vários modos de produção(escravista, feudal, e capitalista), tendo forte relação com a pobreza, mas é na sociedade capitalista que o trabalho adquire conotações de exploração e violência, pois perde o sentido do trabalho como parte do processo de aprendizagem para se tornar uma estratégia dos pais para manutenção do núcleo familiar, constituindo uma das expressões sociais mais condenáveis da questão social.

Os sentidos do trabalho são determinados historicamente pelas estruturas e conjunturas vigentes nos processos de cada modo de produção. Foi no mundo moderno, com o processo de industrialização, a partir do século XIX, que o trabalho da criança transformou-se em questão social, enquanto fenômeno social de pobreza. A utilização dessa mão-de-obra passou a ser difundida em larga escala e exercida em condições perigosas, insalubres e danosas ao desenvolvimento da criança.(Silva, 1999, p.153)

Acerca dessa época, Marx apud Silva (1989, p 154.) narra que;

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria.

Com a industrialização no século XIX as crianças ocupam novos espaços e assumem outros significados. As crianças da classe trabalhadora se torna útil e importante para burguesia pois essa categoria representava mão-de obra barata, e mais adaptados à disciplina do sistema fabril, o que resultava em obtenção de vultuosos lucros. Segundo Marx (1987, p.23), a maquinaria tornou-se um “meio de

utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento imaturo, mas com membros de maior flexibilização. Por isso a procura da mão-de-obra feminina e infantil”.

Neste época , o trabalho infanto-juvenil abandona o caráter educativo e assume uma nova forma, lucrativo e desumano. A exploração de crianças e adolecentes durante a Revolução Industrial assume o sentido e as características que possui atualmente : mão de obra barata, lucrativa, voltada não mais para o aprendizado, mas para a obtenção de meios de sobrevivência.

Com efeito, Rizzini (2008, p.388) narra que:

Há determinados tipos de tarefas que são melhor realizadas pelas mãos delicadas das crianças. Empregadores na agroindústria elogiam a paciência e o cuidado das crianças na perigosa e insalubre tarefa de espalhar agrotóxico pelas plantações. Em Minas Gerais, fica a cargo das ‘meninas formicidas’, a tarefa de colocar veneno nos formigueiros nas fazendas de reflorestamento com eucalipito. No norte do estado do Rio de Janeiro, os ‘florzinhas’ polinizam as plantações de maracujá. Somente as crianças podem catar restos do minério cassiterita nos garimpos de Rondônia, pois a tarefa é feita debaixo de uma máquina escorada por troncos. Adultos poderiam remexer demais o solo e provocar um desmoronamento.

Nesse contexto o Estado liberal aliado a Burguesia, precisava controlar as famílias da classe trabalhadora e em especial as crianças, pois elas representavam uma ameaça a ordem estabelecida, de modo que seguia seu próprio estilo de vida. Para tanto as ideias dos sanitaristas fez-se necessário no qual se pautava na responsabilização da família nos cuidados diretos com os filhos, que não deveriam abandonar e deixá-los soltos nas ruas, expostos á vadiagem, aos vícios, á mendicância e a criminalidade. Essas ações refletiam os anseios da burguesia para a formação de um reserva de exercito industrial, promovendo vultuosos lucro

A partir da concepção de pobreza como desvio de caráter, o trabalho surge nesse contexto como meio de combater a preguiça, a vadiagem, o mau caráter através de uma política higienista e moralizadora:

Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o. A degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a

saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento (RIZZINI, 1997, p.27)

Rizzini mostra como o discurso sobre a virtuosidade do trabalho no combate à viciosidade era frequentemente veiculado na época:

E o que determinava a virtuosidade e a viciosidade de um indivíduo era, não por acaso, o cultivo ou não do “hábito do trabalho” – uma das mais nobres virtudes dentro da “escala da moralidade” [...] Qual mãe e qual pai, por mais desnaturados que fossem, sabendo que seu filho se tornaria um criminoso, permitiria que ele crescesse no ócio? (RIZZINI, 1997, p. 80).

A partir do estudo da história do trabalho infantil é possível entender a forte conotação valorativa que insiste nos dias de hoje sobre a utilização precoce do trabalho como representação social positiva, por parte das famílias empobrecidas, Estado e sociedade. Esse discurso moral aos vícios e a ociosidade, mascara as raízes da exploração econômica e social do sistema capitalista. Deste modo, a representação do trabalho infantil reveste-se de uma capa de ajuda, de auxílio, negando assim as possibilidades de pensar a exequibilidade de direitos à vida, à saúde, a escolarização, à infância.

O autor nos mostra que trabalho infantil e pobreza estão correlacionados. Pois os salários que os chefes de famílias recebiam, não era suficiente nem mesmo para suprir as necessidades básicas, sendo indispensável o labor de todos os membros, a fim de que se pudesse alcançar o mínimo de subsistência.

Assim, o condicionamento econômico, embora não seja o único, é, basicamente, o principal motivador da inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Por trás dessas crianças trabalhadoras existe sempre uma família com seus membros desempregados e desassistidos por políticas públicas. Famílias inteiras são alijadas das relações formais de trabalho (SILVA, 2002, p.155)

Para tanto, Rizzini (2008, p.386) reafirma;

Os trabalhadores infantis, na maioria dos casos, são vítimas da miséria. O trabalho, quando é obstáculo ao pleno desenvolvimento da criança ou mesmo perigoso, é percebido como degradante, tanto pelos pequenos trabalhadores quanto por seus pais, mas necessário

á manutenção do núcleo da familiar. Há situações, como a de pequenos proprietários, que dependem do trabalho de toda a família para manter a produção.

Diante da pauperização, e da demanda do capital, a família da classe trabalhadora eram obrigados a inserir seus filhos nas fábricas. Que se encontrava em péssimas condições estruturais, em locais úmidos, insalubres e desprovidos de qualquer tipo de higiene, caracterizado também, pelo acúmulo de tarefas, longas e exaustivas jornadas de trabalho e baixos salários para complementar a renda familiar.

2.3 Trabalho Infantil no Brasil

No Brasil, desde o início da colonização, começando com a extração do pau-brasil, até a construção dos primeiros vilarejos, quando os indígenas, e suas crianças, foram obrigados a trabalhar para os portugueses (OIT, 2003). A industrialização do Brasil também teve forte presença do trabalho infantil. No final do século XIX, em São Paulo, 15% dos trabalhadores nas indústrias eram crianças e adolescentes e, na primeira década dos anos 1900, esse percentual cresceu 100%. O setor têxtil chegou a ter 40% da sua mão de obra formada por crianças (MOURA apud OIT, 2003). A crescente industrialização brasileira no final do século XIX “trouxe consigo a imagem de crianças no trabalho fabril”, essas crianças iriam substituir a baixos custos a mão de obra escrava. (PRIORE, 2008).

Foram trazidas nas embarcações portuguesas crianças, em especial os grumetes e os pajens, na condição de trabalhadores para o povoamento do Brasil em 1530. Os primeiros eram tratados como mercadoria, não tinha direito nem uma alimentação adequada. Os segundos realizavam serviços menos penoso que os prestados pelos grumetes, como arrumar os caixotes, servir as mesas e organizar as camas (Ramos,2008, p.87)

Nota-se que o trabalho infantil nessa época é naturalizado pela sociedade. Pois, era uma prática muito frequente a criança ser explorada sem haver qualquer preocupação quanto a sua fase de desenvolvimento e conseqüentemente de suas fantasias, desejos e direitos.

Desta forma

O recrutamento dos pequenos grumetes variava entre o rapto de crianças judias e a condição de pobreza vivenciada em Portugal. Eram os próprios pais que alistavam as crianças para servirem nas embarcações como forma de garantir a sobrevivência dos pequenos e aliviar as dificuldades enfrentadas pelas famílias. (RAMOS, 2008, p.87)

No Brasil os padres jesuítas teve significativa contribuição para a inserção do trabalho precoce.

Assim, no dia 29 de março de 1549, desembarcaram na Vila Pereira, quatro padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manuel de Nóbrega, onde estes tinham a difícil “missão” de ensinar aos pequenos os cantos religiosos, ler e escrever, bem como o valor moralizador do ofício. (CHAMBOULEYRON,2008, p.55).

O intuito do padres que vieram da Europa era dar uma formação de caráter cristão as crianças, para que elas internalizassem o valor do trabalho como algo o que tornava homem de “bens”. Desse modo, os padres jesuítas trouxeram o trabalho como algo que “salvaria” o ser humano e os conduziria para o céu, pois teriam todos realizado algo útil e digno para a humanidade (Chambouleyron ,2008, p.55).

Na escravidão os filhos de escravos eram obrigados a realizar as mesmas tarefas de seus pais, atividades essas que exigiam esforços muito superiores às suas possibilidades físicas, desempenhada nas fazendas sobre o domínio dos chamados senhores de engenhos que os submetiam a trabalhar em uma carga horária abusiva.

Discorrendo sobre essas condições de vida de crianças e adolescentes filhos de escravos no Brasil, Dourado e Fernandez apud Liberati e Dias asseveram que:

Um negro saudável de 14 anos era considerado uma mercadoria importante e cara, pois tinha toda força da juventude para gasta no trabalho. Por isso, a maioria dos escravos jovens era encaminhada para trabalhos pesados. Os que ficavam nas atividades domésticas, como os pajens, por exemplo, podiam se considerar privilegiados, pois tinham a confiança ou a predileção dos patrões (2006, p.19)

Assim, as crianças negras, como seus pais, era como se fossem um objeto, propriedade dos fazendeiros. Desta forma, trabalhavam como se fossem adultos. Portanto,“enquanto pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilham os

mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar” (PRIORE, 2088, p.86).

A transformação do trabalho escravo para o assalariado configurou uma nova forma de escravidão, conforme (RIZZINI, 2008 p.337), crianças órfãs e pobres continuavam a ser recrutadas para o trabalho nas fazendas e casas grandes dos senhores e, posteriormente, começaram a ser preparadas para o trabalho na indústria e na agricultura. A autora justifica tal fato ao afirmar que “a experiência da escravidão havia demonstrado que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão-de-obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho” (p.337).

As milhares de crianças inseridas nas fábricas, a partir do século XIX, não representava ameaça ao projeto republicano, que necessitava de mão-de obra barata, diferentemente das que estavam nas ruas que para a burguesia industrial não eram cidadãos obedientes, desafiava a ordem estabelecida. Para garantir a reprodução de mão-de-obra do capital o Estado estabelece o discurso da importância da profissionalização. As crianças constituem-se o foco principal do empreendimento do Estado pois sua proliferação e o desvio da sua conduta, com o cultivo de maus hábitos, como a ociosidade, é um risco á formação de futuros trabalhadores(RODRIGUES e LIMA 2007)

Com o advento da República inaugura uma era de novas preocupações. O país em crescimento dependia de uma população preparada para impulsionar a economia nacional. Era preciso formar e disciplinar os braços da indústria e da agricultura. O Instituto João Pinheiro dava o exemplo, pois criado em 1909 pelo governo mineiro, tinha por finalidade contribuir para “impulsionar a vida econômica nacional”, restituindo á sociedade, após o período educacional, “um homem sadio de corpo e alma, apto para constituir uma célula do organismo social (RIZZINI, 2008,p.378)

A partir de então passa existi uma regulamentação para a criança através do Cígo Penal da República de 1890, em que a vadiagem se tornava crime como forma de inserir a pequena parcela das crianças que ainda não estavam trabalhando, nas fábricas, ocasionando desemprego dos adultos (MOURA, 2008, p270).

Nesse sentido havia a conveniência de reeducar e corrigi os infantes dessa época, todavia, ensina Rizzini que não por acaso, degradação moral e pobreza estavam relacionadas. Ao ver da elite, com sua aura de viciosidade, não se adequava no ideal de nação (1997, p.65)

Desta maneira, o discurso no Brasil de que o trabalho dignifica o homem é necessário para o “avanço” da sociedade, permanece mesmo com a mudança do trabalho escravo para o livre.

Pois,

a transição da escravidão para o trabalho livre não viria significar a abolição da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas substituir um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios norteadores da chamada modernidade industrial. (PRIORE, 2008, p. 91).

Para tanto, em 1927 foi promulgado o Código de Menores, com a publicação do Decreto n. 17.943 de 12\10\1927, considerado o primeiro diploma legal de proteção às crianças e aos adolescentes da América Latina (RIZZINI,1997,p.61).Esse código não era numa perspectiva de garantias e de direitos aos menores de todas as classes, o seu objetivo era de estabelecer direcionamento á infância e aos jovens excluídos, no intuito de afastá-las da delinquência.

O Estado tinha o interesse na verdade de controlar a pobreza, que nessa época encontrava-se de forma alarmante, oferecendo à criança de baixa renda: o trabalho precoce, como maneira de evitar uma espécie de delinquência latente, e a institucionalização, como forma de sua inevitável perdição.

O Brasil, em 1934, admitiu uma nova Constituição, no qual instituía a proteção contra a exploração das crianças e adolescentes, estabelecendo a proibição do trabalho aos menores de quatorzes anos noturno a menores de dezesseis e em industrias insalubre.(PASSETTI, 2008,p.354)

Sob ótica a vigência do Código de Menores de 1927, foram foram criadas diversas entidades federais que tinham o intuito de realizar ações na seara da infância e juventude, buscando a ordem social pregada pelo então Estado Novo. Dentre elas, destaca-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que objetivava amparar os menores desvalidos através do atendimento psicossocial, mediante internação, pois dessa forma, obteria a recuperação dos jovens já que estes estariam longe das más influências da sociedade(VERONESE, 2012,p.32)

Nessa época, as crianças e os adolescentes são tratados como pessoas influenciáveis ou seja, eram consideradas seres sem capacidade para determinar

suas vontades, desejos e anseios, mas outra pessoa, de prioridade adulta, que seria a pessoa “certa” para decidir por eles.

Para tanto, O SAM não conseguiu cumprir com suas propostas por causa dos métodos inadequados de atendimento, em que foi necessário substituí-lo em 1941 pela Política do Bem Estar do Menor, inserindo a periculosidade no campo da medicina (PASSETTI, 2008,p.356).

Nota-se o judiciário tinha poder supremo, pois de acordo com sua vontade decidir de forma contrária á determinada em lei, sem se importar com os reais malefícios que o trabalho poderia causar na vida delas, não reconhecendo elas como sujeitos de direitos.

Em 1960, ocorreu uma profunda alteração de modelo e de orientação na assistência abandonada, no qual se começava a fase do Estado do bem Estar Social, com a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor(FUNABEM) e posteriormente a Fundação Educacional do Bem Estar do Menor em vários estados(PASSETTI, 2008, p.357).

As crianças que trabalhavam nas fábricas eram submetidas a condições desumanas e degradantes; ficavam sujeitos a jornadas estafantes, realizava atividades perigosas, trabalhando em ambientes prejudicial a sua formação e desenvolvimento Além de muitas mutilações e mortes prematura devido a falta de cuidados para com os meninos e meninas.(Moura,2008,p.259)

Era esse o “trabalho” considerado “educativo” na sociedade capitalista, que “protegia” as crianças dos perigos da vadiagem e da ociosidade dando-lhes uma “oportunidade” de serem homens e mulheres de “bem”, trabalhadores “virtuosos” ou simplesmente “bons pobres”, passivos, ordeiros, cumpridores de seu “dever”:produção de mais-valia. Na verdade, era para isso que servia a classe trabalhadora.(RODRIGUES,LIMA 2007,p.62)

Na década de 80 o Brasil entra em acentuada crise econômica, caracterizada baixo crescimento, agravamento da pobreza, altas taxas de inflação e alta concentração de renda. Diante desse quadro as famílias brasileiras sem alternativas são obrigadas a inserir seus infantes no trabalho afim de que se alcançar um mínimo de subsistência.

Vê-se, pois, a família pobre, em face das condições concretas de existência, obrigada a subverter os papéis, tonando-se necessário, no caso do desemprego e subemprego do provedor principal, em

geral o homem, o trabalho da mulher e dos filhos. Buscam-se, então, justificativas que não de autoria das famílias pobres, mas ideias incutidas no imaginário social, ao longo da história das sociedades capitalistas, especialmente no caso das crianças, em que o trabalho é apresentado como melhor que a rua e a ociosidade, pelo que elas devem ocupar-se, não se limitando á escola, só cogitada como complemento.(RODRIGUES, LIMA,2007,p 68)

Daí surgem mil e uma ideias para justificar a prática: o trabalho dignifica o homem, e afasta as crianças das coisas que não prestam, o trabalho ensina a criança e o adolescente a serem mais espertos, o trabalho tira a fome, entre tantas outras. E neste turbilhão de ideias, aturdem a alma, o comodismo e a resignação.

No contexto mundial, estimativas de 2012 apontam que 11% da população infantil, ou seja, 168 milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que 77,7 milhões encontram-se na região da Ásia-Pacífico, 59 milhões estão na África Subsaariana, 12,5 milhões na América Latina e Caraíbas e 9,2 milhões no Médio Oriente e Norte de África. (OIT, 2013)

No Brasil, há 3,5 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, explorados/as no trabalho. Na composição deste grupo, 81 mil são crianças na faixa etária entre 5 e 9 anos, 473 mil entre 10 e 13 anos e cerca de 3 milhões entre 14 e 17 anos. (PNAD, 2012).

3 O TRABALHO INFANTIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 Política de Assistência a Infância no Brasil: Da roda dos expostos aos Institutos Correcionais e a Constituição de 1988

No mesmo viés da história mundial, no Brasil, a valorização da criança e do adolescente está totalmente ligada à classe social que pertence. Desse modo, a origem do trabalho infantil no país, institui-se apoiado em um pensamento de segregação social, o qual se mostra mais visível, quando verificada a evolução legislativa sobre o tema.

A prática do abandono foi corriqueira em famílias que não queriam desrespeitar os padrões morais e cristãos da sociedade da época, sobretudo quando se tratava de uniões ilegítimas e dos filhos nascidos fora do casamento, ou ainda em casos em que a mãe fosse solteira, assim como, os que pertenciam às famílias que viviam em situação de extrema pobreza. As crianças quase sempre eram deixadas nas igrejas ou nas portas das casas. Algumas chegavam a serem comidas pelos animais. Para atuar frente a essa demanda, foi criado o Sistema de Roda no Brasil, que ficou conhecido como a Roda dos expostos que era um aparelho de movimento giratório, no formato de um cilindro, que permitia a colocação de crianças nos asilos e ocultava a identidade de quem as abandonava. Com o passar do tempo, o número de crianças expostas cresceu consideravelmente e passou a envolver também fatores de natureza econômica. (Mary Del Priore, 2008).

A Roda dos Expostos tinha o objetivo livrar as crianças recém-nascidas da situação de abandono e acolhe-las em instituições de caridade,

[...] para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados. Foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem. (LEITE, 1996, p. 99)

Portanto a roda dos expostos se configurou como uma forma de legitimar novamente o trabalho realizado por crianças, pois elas, na maioria das vezes, se encontravam na Santa Casa de Misericórdia em situação de total miséria.

Mesmo com o fim da escravidão no Brasil datada em 1808, as crianças negras e pobres continuaram sendo exploradas, elas eram percebidas apenas como mão de obra útil ao Estado. Rizzini (2008) justifica tal fato ao afirmar que “a experiência da escravidão havia demonstrado que a criança e o adolescente trabalhador constituíam em mão-de-obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho”(p.337)

O fim do regime de trabalho escravo (1888) não favoreceu a situação das crianças negras, vistos apenas como mão de obra útil ao Estado. O empreendimento estatal na roda tinha um viés econômico visto que era feito com o intuito de formar futuros trabalhadores para atender o modo de produção capitalista. Existia uma preocupação moral em reeducar, em moldar e preparar elas para o trabalho. O Estado sustentava a criança durante o tempo em que ficou acolhida nas Santas Casas de Misericórdia, mas ao sair, o trabalho seria a única opção que lhe restava, uma forma de compensar o Estado por todos os gastos que teve.

Para alimentar as crianças da Roda dos expostos, alugavam-se amas de leite ou então estas eram entregues às famílias, que recebiam algumas subvenções que auxiliariam nas despesas domésticas e na criação da criança. Normalmente, a criança permanecia na Casa dos Expostos até os sete anos de idade depois ficavam como qualquer órfão, esperando a determinação do juiz, que deveria decidir sobre sua vida de acordo com os interesses de quem a quisesse. Na maioria das vezes, essas crianças eram utilizadas para o trabalho. Custódio e Veronese (2009, p. 22) afirmam que “[...] o trabalho doméstico foi uma das formas mais frequentes de contrapartida recebidas pelas famílias acolhedoras [...] era uma oportunidade de mão de obra gratuita [...]”.

Muitas crianças morriam na Casa dos Expostos, tendo como principais causas as condições ruins de higiene, alimentação e cuidados. Esse modelo assistencial não representou na história da assistência social à infância a alternativa viável para a garantia de proteção e cuidado aos recém-nascidos.

Esse sistema validou e incentivou a prática do abandono, retirando do Estado a função de auxiliar materialmente as famílias pobres, assim como os seus filhos, deixando de investir em políticas públicas adequadas para melhorar suas condições de vida.

A responsabilidade de zelar pelos expostos era nitidamente da

Igreja, que, para tanto, contava com subsídios provenientes dos cofres públicos. A legislação reflete a nítida associação existente entre as ações do governo e da Igreja na esfera política e mesmo no âmbito mais estritamente jurídico (RIZZINI, 1995, p. 105)

O movimento higienista surgido nos séculos XVIII e XIX colaborou para extinção das Rodas dos Expostos pela acentuada mortalidade infantil ocorrida naquelas instituições. Grande parte desses grupos era formada por médicos, que tinham como objetivo intervir no meio ambiente, nas condições higiênicas das instituições que abrigavam crianças e nas próprias famílias. Ao invés do caráter de caridade das instituições existentes até então, os higienistas pregavam a assistência à infância segundo bases científicas e, para tanto, fundaram as instituições filantrópicas.

A medicina vai se apresentar como o poder político e técnico capaz de esquadrihar esta população sejam através da análise dos elementos dos meios prejudiciais à saúde, como também através de propostas práticas que levam a uma reorganização do espaço urbano no sentido de uma maior vigilância e controle da população. A criação de instituições de assistência pública será um recurso importante na operacionalização da intervenção médica na sociedade. A higiene será estratégia principal do controle social exercido pela assistência pública. No final do século XIX em diante, já começavam a surgir instituições como a Diretoria-Geral de Higiene e Assistência Pública do Rio de Janeiro (1893); o Instituto Sanitário Federal (1894), além da criação de vários postos médicos municipais por iniciativa de Pereira Passos (1906). (RIZZINI, 1993, p. 20)

Devido às profundas mudanças na ordem política do Brasil, os modelos assistenciais apresentados para a proteção da criança pobre advindas das rodas dos expostos e da caridade cristã se mostraram fracassados frente ao projeto que o Estado pretendia alcançar. “O fato é que havia uma multidão desenfreada de pobres e desqualificados a ameaçar não apenas qualquer projeto de futuro, mas a própria estabilidade da República” (RIZZINI, 1997, p. 144-145). A partir de então se fazia necessário uma maior intervenção do Estado para criar mecanismos para “controlar” a situação das crianças pobres e abandonadas e transformá-las em agentes produtivos para o país. O início do século XX configurou uma nova etapa no tratamento dispensado às crianças e adolescentes. A ideia de inocência sobreviverá associada apenas às crianças de ‘boas famílias’, em paralelo à noção de maldade inata. Atribuída as crianças pobres. (RIZZINI, 1997, p. 163)

Passeti explica que

No Brasil, com a proclamação da República esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo numa sociedade de território amplo e de natureza abundante e generosa. Desenhado com frescor nacionalista e esperanças incontáveis, o novo século anunciava uma nação nova que se propunha rivalizar com as grandes potências internacionais, assumindo um papel diretivo na América do Sul. (2008, p. 347)

Foi nessa época que as ações assistencialistas filantrópicas é retirada do âmbito particular e transferida para o Estado, este passa a pensar em estratégias para enfrentar o número expressivo de crianças e adolescentes que estavam nas ruas, integrando o grupo dos indesejáveis sociais que, sob a ótica da elite, não trabalhavam por que não “se sentiram motivados”, “escolhendo” a malandragem, o vício e a perdição, que ameaçava a paz e a ordem social, a moral e os bons costumes orientadores da nova sociabilidade erigida sob a ética do trabalho.

A partir do ano de 1902, entra em vigor a lei n. 844, a qual autoriza o governo brasileiro a fundar os Institutos Disciplinares. Estes foram instituição de internamento para crianças e adolescentes em situação de abandono e aqueles considerados “suspeitos” ou “perigosos”. A entrada das crianças e adolescentes no Instituto Disciplinar dava-se sempre via sentença judicial e cabia ao juiz decidir pelo tempo de permanência das crianças e adolescentes na instituição. (SANTOS, 2008, p. 224)

A educação no Instituto Disciplinar era direcionada para a profissionalização como forma de inseri-los na sociedade. De acordo com os ideais republicanos, a institucionalização de crianças garantiria a ordem social, pois elas seriam retiradas das ruas em que deixariam de conviver com o crime para se regenerar pelo mundo do trabalho.

A postura do Estado diante da crescente miséria e exclusão social foi de investir em políticas de repressão e contenção, e na criação de institutos disciplinares, como resposta para solução desse quadro, da mesma forma em que se mantinha as regalias da burguesia. Dessa forma o Estado contribui para o aumento das condições precárias de sobrevivência das classes menos favorecidas, principalmente em decorrência dos salários aviltantes, das jornadas de trabalho excessivas e da precarização das relações trabalhistas. Nesse sentido, crianças e adolescentes que não foram utilizadas como mão de obra pelas fábricas eram recolhidas pela polícia cívica aos institutos disciplinares.

Em decorrência do processo de industrialização e da crescente pobreza das camadas populares, principalmente as capitais brasileiras que se deparavam com

os mais diferentes problemas sociais. As ruas das grandes cidades conviviam com a ameaça das crianças e dos adolescentes que transitavam no mundo do abandono e da delinquência. A burguesia cobrava do Estado medidas normalizadoras para conter as ameaças causadas pelos chamados menores que viviam em risco ou que representavam o próprio risco para os ideais republicanos.

A resposta estatal foi promulgação do Código de Menores de 1927, primeiro aparato jurídico e assistencial, direcionado para a infância brasileira. Ao discutir as políticas assistenciais voltadas para a questão da infância no Brasil República, a historiadora Maria Luisa Marcílio afirma que a distinção entre a criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas 'classes perigosas' e estigmatizada como 'menor', deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século. (Marcílio, 1989, p.224)

No Brasil, algumas medidas legislativas voltadas à infância pobre só veio ganhar impulso na década de 1920, quando foi sancionado o Código de Menores de 1927 – através do Decreto-Lei 17.934 /A, em 12 de outubro de 1927 – considerado o primeiro diploma legal de proteção às crianças e aos adolescentes da América Latina. Este dispositivo jurídico consolidava as leis de assistência e proteção às crianças e aos jovens em nível nacional. (Padilha, 2005, p.55)

O Código Mello Matos, como foi popularmente conhecido em homenagem ao primeiro Juiz de Menores, era apenas dirigida aos que eram considerados vagabundos, criminosos e delinquentes. Este dispositivo tinha por fim atender e transformar esses menores em cidadãos úteis à sociedade capitalista.

O código de menores aprovada em 1927, longe de criar um arcabouço de direitos e garantias as crianças e adolescentes de todas as classes reflete a negligência do Estado por culpabilizar os pais e seus filhos pela sua condição de pobreza, quando retirava as crianças do convívio familiar para a internação. Ele veio ao encontro do objetivo do Estado de manter a ordem e paz de forma que, permitia livrar a nação de elementos vadios e desordeiros, que não contribuíam para o progresso da nação.

Nesse sentido, a proposta de Mello Mattos se concretizou na intensificação do atuação do Estado frente aos problemas dos “menores”, tirando-os das ruas e dos

ambientes viciosos através das práticas de internação . Os menoristas da época acreditavam que isolando as crianças e os adolescentes em institutos disciplinares conseguiriam moldá-los aos padrões sociais e reconstituir sua identidade, formando futuros trabalhadores. (MOURA, 2008, p. 276)

A questão da educação das massas populares pelas instituições era voltada para a construção de uma nova ideologia do trabalho, na qual este conceito se mascara atribuindo valor moral ao trabalho , no qual desperta e mantém o interesse coletivo em torno do assunto , acordando o sentimento de nacionalidade, para superar a preguiça e a ociosidade .Nesse discurso havia claramente o interesse em inculcar na criança o interesse pelo trabalho e pelos valores morais e religiosos

Assim, a proposta de uma política social sob os moldes de recolher as crianças e adolescentes abandonadas e delinquentes nas institucionalizações idealizada no Código de Menores de 1927 não resolveu a questão . Os institutos disciplinares, não havia infraestrutura suficiente para suportar a demanda de crianças e adolescentes que estes estabelecimentos recebiam, contribuindo para tornar ineficaz a proposta de regeneração e reeducação. Os institutos se concentravam apenas nas principais cidades brasileiras, estando de fora regiões periféricas. Faltavam recursos para aprimorar o atendimento as crianças e adolescentes nessas instituições (Veronese, Lima 2012, p34).

O Serviço de Assistência aos Menores (SAM) foi criado em 1941, no governo de Getúlio Vargas, tinha como objetivo resolver o problema do abandono e da delinquencia infantil, em todo território brasileiro, através da internação adotando métodos de atendimento extremamente repressivos que propôs apenas transformar o “menor” no adulto obediente e trabalhador.

O SAM passou a ser responsável pela sistematização e orientação dos serviços de assistência a menores desvalidos e transviados, ficando os estabelecimentos federais (institutos e patronatos agrícolas) a ele subordinados (...), mantinha contrato com instituições particulares para o encaminhamento de menores que passavam por sua triagem. Eram 33 educandários, sendo que 3 deles colaboravam gratuitamente com o Governo, recebendo em troca orientação técnica e fiscalização.(RIZZINI, 1995,. 277)

De acordo com os autores O Serviço de Assistência aos Menores(SAM) percebia a criança pobre como um “problema”, apontavam a situação de pobreza como causa geradora de crianças e adolescentes abandonadas, infratoras e delinquentes , assim apreendia qualquer criança pobre, incluindo as que trabalhavam na rua para assegurar a sobrevivência sua e da família em atividades informais, além de várias irregularidades encontras no exercício desse órgão federal com postos por todo o país. A falta de critérios na composição da órgão e na definição de “desvalidos”, permitia que crianças de famílias abastadas, através de indicação ou corrupção, internassem os filhos nos melhores estabelecimentos e se apreendesse crianças somente por ser pobres e estarem nas ruas, trabalhando ou não. Ademais dos maus-tratos aos internos, alimentação de péssima qualidade, ausência de higiene ,infraestrutura suficiente para comportar a quantidade de crianças e adolescentes que estes estabelecimentos recebiam, faltavam recursos para aprimorar o atendimento as crianças e adolescentes nessas instituições, afora as denúncias de corrupção e desvios de recursos.

Mas foi em relação aos chamados transviados que o SAM fez fama, acusado de fabricar criminosos. No imaginário popular, o SAM era uma escola do crime, tornando o menor temido e indelevelmente marcado. Sob o regime democrático, o órgão federal frequentou as páginas dos jornais e revistas, anunciando os escândalos que ocorriam por detrás dos muros de seus internatos. (Padilha, 2005, p.48)

Para tanto a assistência aos abandonados e delinquentes continuou vinculada às práticas de institucionalização. O SAM nãoconseguiu cumprir com suas propostas fracassou principalmente porque manteve uma estrutura física e operacional inadequada, não tinha autonomia e utilizava métodos de atendimento inadequados. Os institutos disciplinares, não havia infraestrutura suficiente para suportar a demanda de crianças e adolescentes que estes estabelecimentos recebiam, contribuindo para tornar ineficaz a proposta de reeducação. Os institutos se concentravam apenas nas principais cidades brasileiras, estando de fora regiões periféricas. Faltavam recursos para aprimorar o atendimento as crianças e adolescentes nessas instituições.

Em 1960, houve uma profunda mudança de modelo e de orientação na assistência abandonada, pois se começava a fase do Estado do Bem Estar Social, com a criação da FUNABEM, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e em

seguida das FEBEMs, Fundação Educacional do Bem Estar do Menor em vários estados (PASSETTI, 1999, p. 256).

[...] implantou no Brasil uma rede de atendimento assistencial, correccional-repressivo, que atuava com vistas na irregularidade da condição infantil, reforçando o papel assistencialista do Estado numa prática absolutamente centralizada, com motivações ideológicas autoritárias do regime militar. A solução do “problema do menor” era a política de contenção institucionalizada, mediante o isolamento, como forma de garantir a segurança nacional e a imposição de práticas disciplinares com vistas à obtenção da obediência. (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p. 65)

A FUNABEM por estar articulada com o projeto de segurança nacional, seguiu os moldes correccional repressivo, consolidados através da construção de grandes centros de internamento de crianças e adolescentes classificados como abandonados e infratores nos Estados (FEBEMs), permanece a repressão e violência entre os internos e as autoridades dos internatos. Ademais, a interpretação jurídica dos problemas sociais, e o estímulo ao trabalho, considerando-se, inclusive, que na década de sua criação a Constituição de 1967 reduziu para 12 anos a idade mínima para inserção no mercado de trabalho.

Em 1979 é criado o segundo Código de Menores, o qual pouco alterou a situação decadente vivida pela infância brasileira, constituindo-se basicamente à partir da Política Nacional do Bem Estar do Menor adotada em 1964 e ressaltando a cultura do trabalho legitimando todo tipo de exploração de crianças e adolescentes (PASSETTI, 2008, p. 347)

Apesar da mobilização popular, do desejo de democratização do final dos anos 70 do século passado, esse Código traz ideias conservadoras sobre o trato da criança e do adolescente. Adota expressamente o princípio da situação irregular (que não estava explícito no Código de Menores de 1927). Passou a focalizar menores que se encontravam em estado de patologia social, entendido como as situações de abandono, de carência, de vitimação e de infração em que viviam. O infrator seria reconhecido como aquele que tivesse um grau mais acentuado de patologia social. (Padilha, 2006, p.50)

O código adotou a Doutrina Jurídica da Situação Irregular e criou uma nova categoria para os menores em seis situações distintas, quais sejam aqueles que se encontravam em situação de abandono, vítimas de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta e autor de infração penal. O período menorista do Brasil é reveladora da utilização de formas arbitrárias e

violentas do Estado sobre a vida e destino das crianças e suas famílias. Instalado nas primeiras décadas do século XX sob os moldes dos Códigos de Menores de 1927 e 1979 serviu apenas para demarcar uma segregação de classe, culpabilizando-as pela situação de miséria e abandono em que estavam submetidos e institucionalizar crianças e adolescentes utilizando como doutrina a pedagogia do trabalho.

Com embasamento na doutrina internacional de proteção integral às crianças e aos adolescentes, afastou-se o caráter assistencialista anteriormente seguido e procurou-se, na Construção da Constituição Federal de 1988, priorizar a educação em face do trabalho. Desta maneira, a Constituição Federal trouxe em seu artigo 6º os direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à proteção a maternidade e à infância, bem como à assistência aos desamparados. O artigo 227, da Carta Magna de 1988, dispõe in verbis:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse viés a Constituição de 88 reconhece as crianças e os adolescentes como sujeito de direitos, trazendo entre seus princípios a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas para a garantia de direitos humanos. Rompendo-se, efetivamente, com a visão minimalista do menor como objeto, abarcada pelo revogado Código de Menores.

3.2 O Debate do Serviço Social e o Trabalho Infantil

Em um contexto de uma sociedade capitalista ,de desemprego, subemprego, precarização do trabalho, retração do Estado na sua função social. O trabalho infantil torna-se uma imposição da situação de pobreza na qual vivem as crianças em condições precárias e prejudiciais ao seu desenvolvimento, como uma estratégia de sobrevivência. Vítimas da exigência de trabalhar, seja pela necessidade de gerar

renda, seja pelo disciplinamento e prevenção à marginalidade, as crianças pobres são levadas a trocar o lazer e a escola pelo ingresso precoce no mundo adulto.

Na sociabilidade capitalista a extorsão do tempo de trabalho, na sua forma assalariada como mercadoria, consome o tempo de vida pessoal e familiar, inclusive o tempo de ser criança, ocorrendo a destruição de espaços valiosos de sociabilidade humana e social. Aprendemos que o tempo é o campo de desenvolvimento humano. Por isso, a tarefa de libertá-lo da medida do dinheiro é a nossa luta do presente (PAIVA, 2011, p.24)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em sua base política e filosófica vincula-se à Proteção Integral, preconizando a efetivação dos direitos fundamentais à essa população, que passam a ser notados como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, portadoras de direitos, prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado. Conforme previsto na CF de 1988, art. 227 e regulamentado pelo ECA, toda criança e adolescente tem direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. Visando sua garantia, no artigo 5º, o ECA adverte que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressa punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Apesar da legislação brasileira seja considerada uma das mais avançadas no que se refere à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, um contingente significativo de crianças e adolescentes brasileiros tem seus direitos fundamentais violados e é submetido a variadas formas de violência, dentre as quais destaca-se a exploração da força de trabalho infantil.

a invisibilidade do trabalho infantil alimenta a inserção e permanência das crianças no mundo do trabalho, principalmente nas suas piores formas impulsionadas pela miséria, pelo fetiche do consumo, por um sistema educacional que expulsa as crianças pobres da classe trabalhadora para o exercício de um trabalho degradante, penoso e humilhante.(CEFSS, 2014)

Atualmente, devido aos mecanismos legais de proteção, não é muito comum a presença de crianças e adolescentes trabalhando nas grandes fábricas e conjuntos industriais. No entanto grande parte das fábricas e indústrias adotou o chamado “trabalho em domicílio”, ou seja, os trabalhadores produzem suas cotas

em suas próprias casas e a exploração da força de trabalho infantil se dá pelos próprios familiares. Mas é preciso lembrar que o mero fato de trabalhar “em casa” ou “com a família” não descaracteriza o trabalho infantil. Mesmo no espaço do trabalho em família, sabe-se que muitas crianças são submetidas a estafantes jornadas de trabalho, sem que lhes sejam garantidos o direito ir á escola e brincar. Nas cidades brasileiras, principalmente nas capitais, é comum milhares de crianças e adolescentes vendendo balas nos sinais; engraxando sapatos nos grandes centros; esmolando faça sol ou chuva;

“A terceirização é um mecanismo que permite ao capital a busca incessante pelo menor custo. (...) Sob discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e estado criam mecanismo que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-a por formas aparentemente autônomas, como cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário, etc. transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda, em muitos casos, usurpando direitos sociais” (TAVARES, 2009, p.252).

Essa realidade nos sinaliza que o trabalho infantil é fenômeno social que continua até hoje, reproduzindo-se e manifestando-se sob as “novas” formas de exploração da força de trabalho, decorrentes do processo de mudanças do mundo do trabalho. Enquanto expressão da questão social o trabalho infantil deve ser discutida, analisada, enfrentada e erradicada no contexto social a qual esta inserido.

Nesse cenário, a "velha questão social" metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem na aparato do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e do poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. O alvo principal são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver, além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros e mestiços (IAMAMOTO, 2007, p.144-145).

Seguindo esse raciocínio, crianças continuam a trabalhar em diversos locais, onde a necessidade de uma fonte de renda e a falta de devida fiscalização faz com que as crianças trabalhem para ajudar no sustento da família. Quando trabalham, as crianças recebem baixos salários e quase sempre nenhum benefício e estão, muitas vezes, sujeitas a péssimas condições que põem em risco a sua saúde. Portanto, a incorporação de crianças e adolescentes em atividade laboral expressa o acirramento das desigualdades sociais e a fragilidade do sistema de proteção social brasileiro, cunhado pela seletividade, focalização e residualidade.

A utilização da mão de obra da criança e do/a adolescente ocorre numa forma de sequestro da infância, em uma imposição da situação de pobreza na qual vivem, em condições precárias e prejudiciais ao seu desenvolvimento, como uma estratégia de sobrevivência. Vítimas da exigência de trabalhar, seja pela necessidade de gerar renda, seja pelo disciplinamento e prevenção à marginalidade, as crianças pobres são levadas a trocar o lazer e a escola pelo ingresso precoce no mundo adulto.(CEFSS, 2014)

Desta forma se tornam de suma importância aos assistentes sociais, o acompanhamento deste processo histórico e sua constante qualificação no atendimento desta questão, visando o compromisso com a ampliação e consolidação da cidadania das crianças e adolescentes, Além de um comprometimento ético dos assistentes sociais em não se permitirem paralisar ou acomodar frente às políticas sociais ainda tão limitadas e deficientes que não possibilitam a este segmento desfrutar plenamente de uma vida digna.

.Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p.20).

É imprescindível, portanto, que o assistente social tenha amplo conhecimento dos novas formas de produção e das expressões da questão social que são os objetos do seu trabalho, além de ter uma postura crítica baseada nos valores que o projeto profissional postula e que valorize a sua capacidade de interferir no modo de viver, pensar e agir dos indivíduos/coletivos fomentando a contestação e a resistência.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) está no âmbito de organização do SUAS, está centrado no nível de proteção social básica. Esse nível de proteção social tem um caráter eminentemente preventivo e proativo. Nesse sentido as ações do serviço visam estar trabalhando com as aquisições progressivas aos usuários para enfrentar suas vulnerabilidades relacionais. As principais diretrizes da política de assistência social é pautada nas vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos os seus destinatários. O SCFV tem como objetivo fortalecer vínculos familiares, acolher, crianças e adolescentes e a família como um todo para que essas pessoas descubra seu papel na sociedade, suas potencialidades, resgate sua autonomia e dignidade.

O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, com o objetivo de: Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas; Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; Promover a socialização e convivência.(BRASIL,2010)

Houve o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos(SCFV), implantado pelo governo federal em 1996, no qual O SCFV é aberto ao CRAS para qualquer usuário que o procure ou dele necessitar. Porém com o reordenamento há uma adição as quais eles chamam de público prioritário que são as crianças, adolescentes e idosos em situações prioritárias, descritas na Resolução CIT N° 01/2013 para a inclusão no serviço .

Em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e, ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar a 2(dois) anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ ou exploração sexual; Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA; Crianças e Adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

Nesse contexto o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil(PETI) criado em 1996, coordenado no nível da proteção social especial em parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) tem o papel de , realizar palestras educativas, campanhas informativas, sensibilizar e mobilizar a população, oferecer capacitação sobre o tema, realizar fóruns, construir estratégias coletivas, por vezes específicas em decorrência da forma que esse trabalho se apresenta em determinada localidade e identificar as crianças e adolescentes que vivenciam essa prática para encaminhar para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

O objetivo do reordenamento é de qualificar e uniformizar a oferta desse serviço para crianças, adolescente e idosos que eram cofinanciados por meio do PROJOVEM Adolescente, PETI e serviço para criança/idoso e além disso unificar a lógica de cofinanciamento federal independente da faixa etária, assim como estimular adição do público em situação prioritárias. O SCFV parte da concepção de que os ciclos de vida familiar tem estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento das pessoas que as compõem. Seu foco é a oferta de atividades de convivência e socialização, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social (BRASIL,2010).

Com o reordenamento, os serviços ofertados para as faixas etárias até 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos e idosos continuam a ser ofertados, porém o cofinanciamento será unificado, atentando para alguns detalhes: Os municípios e DF poderão planejar e executar o serviço, de acordo e com as particularidades locais e com a demanda dos usuários; sendo possível uma flexibilização na formação dos grupos. O reordenamento proporcionará a unificação dos recursos repassados pelo governo federal(MDS/SNAS) para o trabalho com crianças e adolescentes e idosos em um único piso.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é desenvolvido a partir atividades socioeducativa e de convivência, as quais garantem a participação de crianças e adolescentes em atividades culturais, esportivas e de lazer, além de propiciar o estudo de diferentes temáticas que contribuem para a melhoria do seu desempenho escolar, ampliação dos seus horizontes e o desenvolvimento das suas potencialidades.

No município de Cruz das Almas , as atividades do serviço são realizadas em quatro núcleos: Piabas e .Toquinha, zona rural; e CRAS (Bairro Itapicuru) e Rua Rio Branco, sede. Atualmente, possui uma coordenadora geral, uma assistente social, 4 educadores sociais, 1 advogado, 1 psicóloga, 1 psicopedagoga, 1 conselho tutelar e professores de música e dança para atenderem às demandas necessárias.

4.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa intitulada” o trabalho infantil em feira livre no município de Cruz das Almas: Um estudo sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) tendo como objetivo geral compreender o trabalho infantil em feira livre a partir do estudo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no município de Cruz das Almas”. Para tanto busquei contextualizar a história da infância no mundo e no Brasil, Caracterizar o estudo sobre o trabalho infantil a partir do Serviço Social e da Política de Assistência e realizar uma pesquisa do tipo qualitativa sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do município de Cruz das Almas. A presente pesquisa é de natureza qualitativa e tem como perspectiva de análise os significados que se estabelecem e se expressam dialeticamente na realidade .Esta abordagem de pesquisa busca resposta para problemas que não dão margem a hipótese , seus resultados são portanto inesperados “trabalham com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, [...] um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalização da variável (MINAYO,1998,p22).

Já de acordo com Silva (2010)

No campo das ciências sociais, a investigação dos fenômenos pressupõe uma necessária interlocução com a totalidade e o conhecimento historicamente acumulado, e como uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, a direção social das investigações parecem residir nos significados atribuídos a partir das diferentes perspectivas de pensamento e concepções de quem se insere na aceção de conhecer a realidade objetivada, ou seja, os próprios pesquisadores.(SILVA,2010, p.25)

Haja vista essas considerações, percebemos a importância do ponto de vista das pessoas envolvidas na elaboração e na tomada de decisões sobre políticas

públicas direcionadas para o combate e a erradicação do trabalho infantil, dado que tais políticas podem também refletir a perspectiva dos profissionais que trabalham com o tema. Nosso desafio, então, consiste em identificar essas percepções/perspectivas, uma vez que elas também estão no campo do simbólico. Ademais, acreditamos que as concepções estão inseridas de um contexto maior de interação social.

4.3 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumental de coleta de dados utilizado com os profissionais foram entrevistas semi-estruturadas, "O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, as, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada" (GIL, 1999, p.120). Elas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2014, enquanto técnica rica na coleta de informações, baseada em um número pequeno de questões. As entrevistas foram realizadas sempre com a concordância dos informantes, sendo, posteriormente, transcritas literalmente, respeitando-se particularidades, obtendo-se desta forma, dados mais completos e seguros.

Através das entrevistas realizadas, procuramos identificar, na percepção dos respondentes, quais as principais causas do trabalho infantil, de que maneira a questão cultural é vista, qual o conceito de trabalho infantil, a visão sobre as ações do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos os sentimentos que esse problema social suscita. Percebemos que o tema do trabalho infantil envolve emocionalmente as pessoas que lidam com essa problemática.

4.4 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi direcionada aos profissionais responsáveis pelo serviço de convivência fortalecimento de vínculos que somam 10. É uma instituição pública estatal que se insere na política de atenção social básica. O SCFV tem como objetivo fortalecer vínculos familiares, acolher, crianças e adolescentes e a família como um todo para que essas pessoas descubra seu papel na sociedade, suas potencialidades, resgate sua autonomia e dignidade. Tendo com público prioritário crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Para assegurar o sigilo dos

entrevistados os identifiquei os mesmos com a utilização de números de 1 a 10 respectivamente.

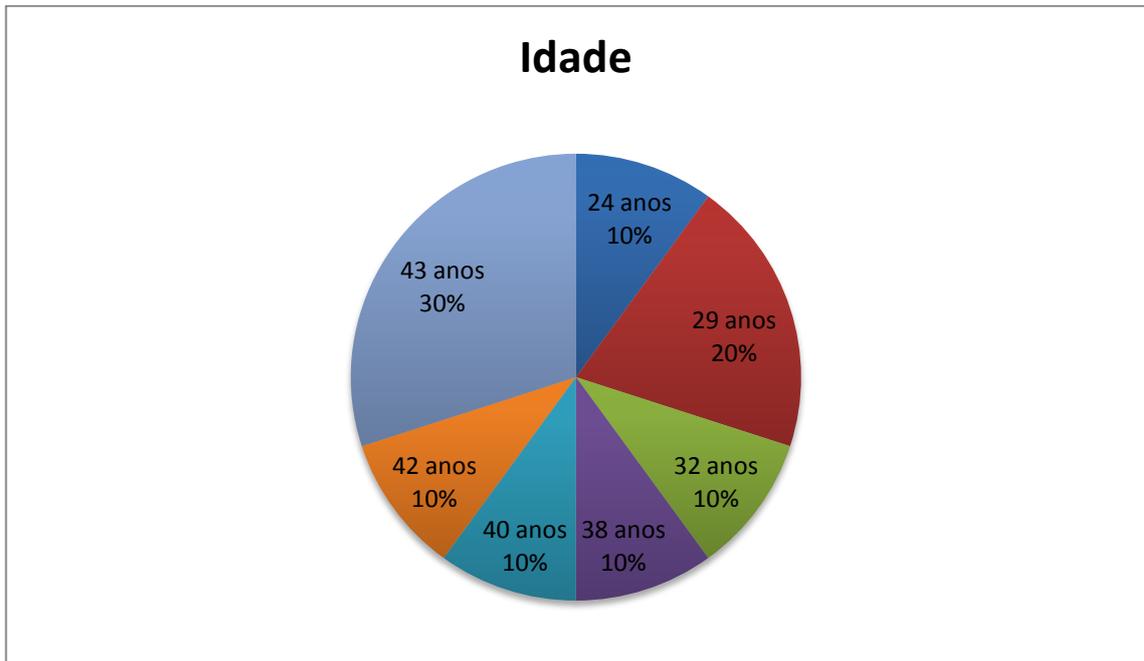
4.5 Local da Pesquisa

O projeto será desenvolvido no município de Cruz das Almas-Ba, que segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) possui 58.606 habitantes, é localizado no Recôncavo Sul da Bahia, dentro do bioma Mata Atlântica. Esta pesquisa foi realizada no período de junho de 2014 a setembro de 2014 no no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com os profissionais que atuam no serviço (SCFV).

4.6 Perfil dos Entrevistados

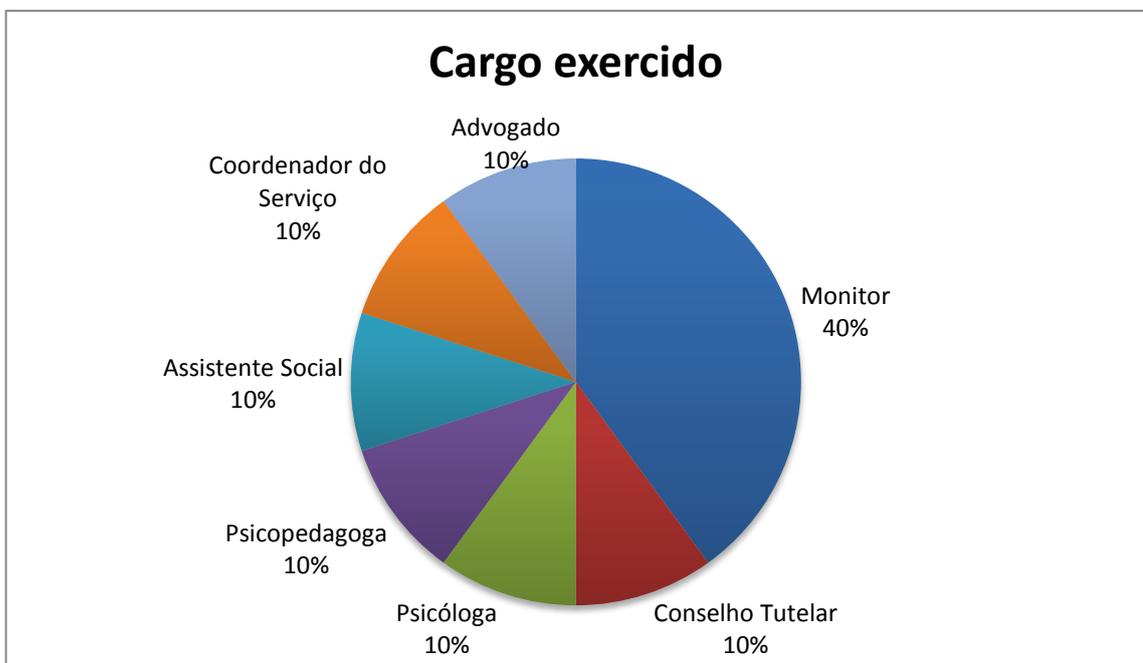
O perfil social dos profissionais entrevistados é constituído por dados de sua faixa etária, de sua naturalidade, de sua atividade profissional. Tais informações são consideradas importantes, à medida que revelam a realidade em que se encontram, como também a expressão significativa de suas ações. Quanto à faixa etária, verifica-se o seguinte perfil, como demonstra a Tabela Dentre os questionários que foram entregues, 10% (1) eram de do sexo masculino, 90% (9) do sexo feminino e faixa etária entre 24 e 43 anos. Dos colaboradores da pesquisa 40%(4) ocupam o cargo de monitor, 10%(1) advogado,10%(1) conselho tutelar, 10%(1) psicóloga, 10%(1) psicopedagoga, 10%(1) assistente social, 10%(1) coordenadora do serviço(formação em assistente social). Referente ao nível de escolaridade 10%(1) ensino fundamental, 40%(4) ensino médio e 50% (5) nível superior. No que diz respeito a cor\raça 40%(4) se declararam negro e 60%(6) pardo.

Figura 1 – Idade dos participantes da pesquisa



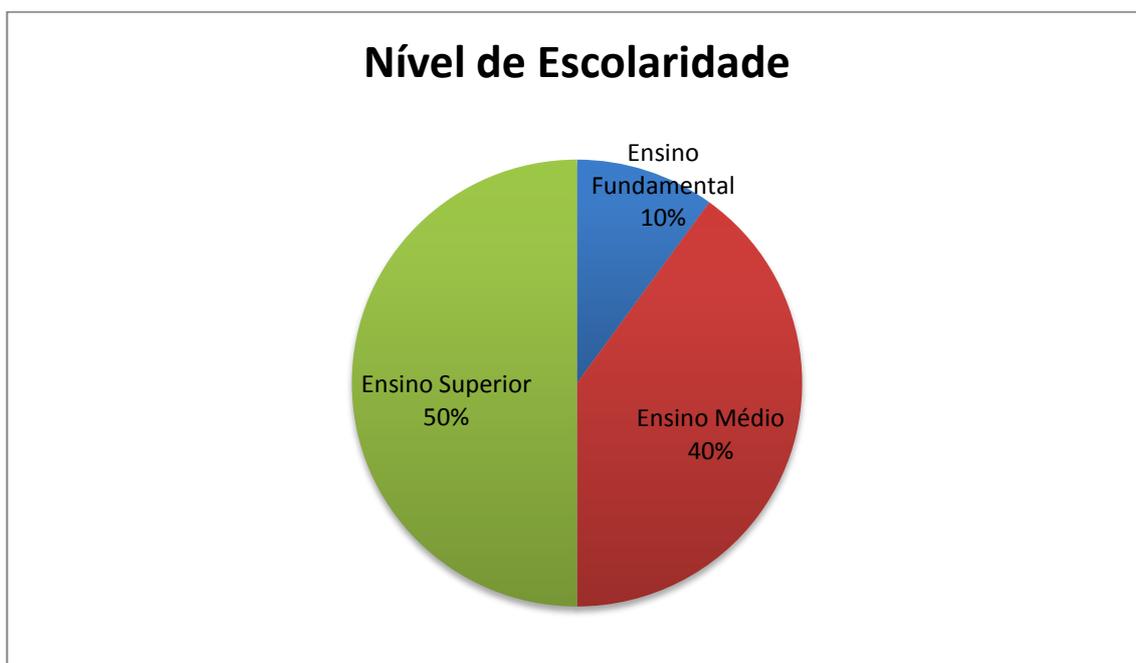
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 2 – Cargo exercido pelos participantes da pesquisa



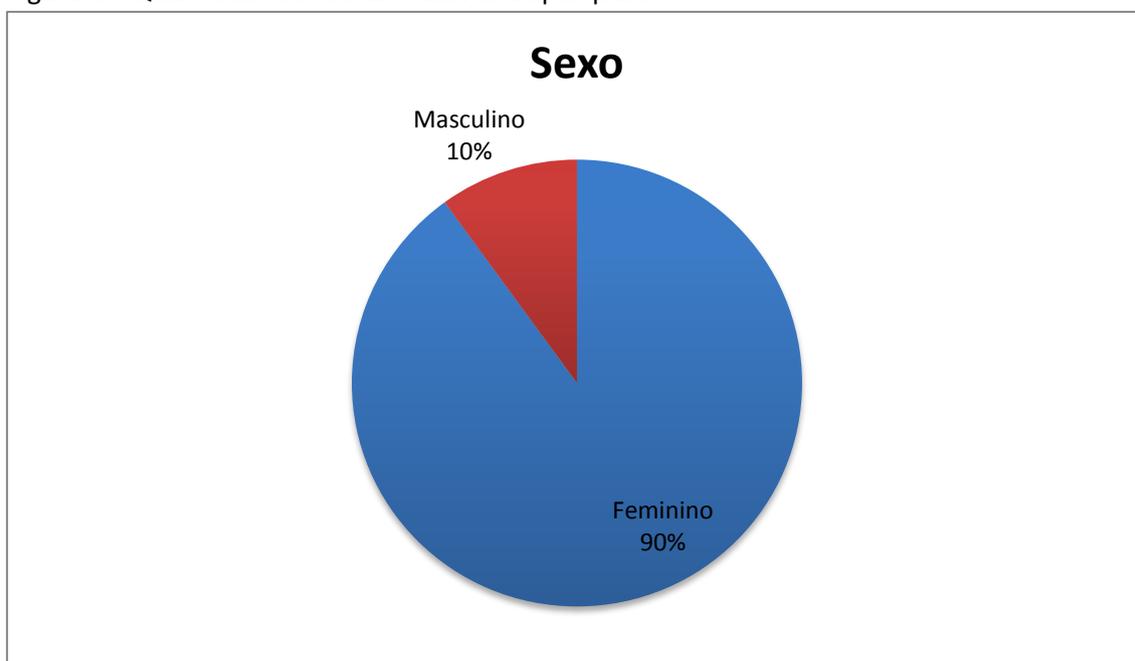
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 3 – Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa



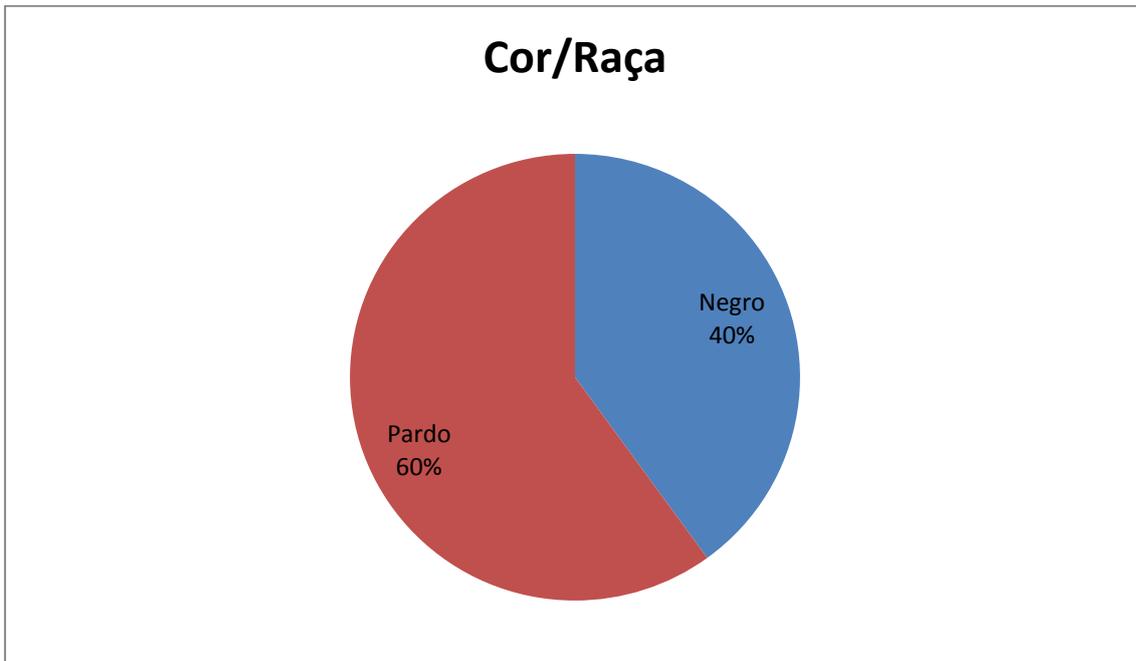
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 4 – Qual o sexo dos colaboradores da pesquisa?



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 5 – Qual a raça dos colaboradores da pesquisa?



Fonte: Dados da pesquisa

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de auxiliar a contextualização referente à atuação do SCVF, no município Cruz das Almas- BA, assim como, também, subsidiar dados para facilitar a compreensão da pesquisa , optamos por elaborar um questionário a ser respondido pelos profissionais que trabalham no serviço . A intenção é demonstrar como está se efetivando o funcionamento do PETI nessa esfera municipal, e, a partir daí, verificar se esse serviço está dando condições estruturais para possibilitar a realização de suas propostas. Para tanto, aplicamos a entrevista aos dez funcionários que serão identificados por números de 1 a 10 respectivamente por conta do sigilo. E sequentemente reunimos os depoimentos dos dez profissionais para dar embasamento à análise e facilitar a compreensão da atuação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em âmbito municipal.

Sobre a compreensão do que seja o trabalho infantil na feira livre de Cruz das Almas os profissionais se posicionaram da seguinte forma :

“É prejudicial, porque compromete o futuro dos jovens, das crianças do nosso município”.(psicopedagoga) (entrevistado 1)

“Sou a favor, desde que os adolescentes estejam na faixa etária permitida pela lei”.(conselho tutelar) (entrevistado2)

”No caso das crianças que trabalham na feira, devem ser visto as condições sociais delas, porque existe uma cultura popular. Deveria ser analisado o contexto social dessas crianças. Ficou banalizado o assunto”.(psicóloga)(entrevistado 3)

“Importante porque resguardam os pais, tira as crianças de estarem nas ruas ou porta de bar”.(educadora social 1) (entrevistado 4)

“Acho ruim, criança é feita para brincar, tem que viver a infância com responsabilidade para estudar”.(educadora social 2) (entrevistado 5)

“Esse trabalho precisa ser mais extenso. Eu não concordo com esse trabalho. Porque isso não está de acordo com a lei”.(educadora social 3) (entrevistado 6)

“Acredito que essas crianças e adolescentes precisam de oportunidades para se afastarem dessas atividades e serem inclusas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos(SCFV)”.(educadora social 4) (entrevistado 7)

“ Tenho conhecimento de muitas crianças carregando feira. Há incentivo da família que acha que é melhor trabalhar do que ser vagabundo. Outros carregam para comprar drogas”(assistente social) (entrevistado 8)

“Uma situação muito grave, de ainda a rede prestadora de Serviços Socioassistenciais ainda não ter conseguido resolver esse problema”.(coordenadora do serviço) (entrevistado 9)

“ Favorável, porque o menino que ganha dinheiro ele está dignificando a pessoa dele. Aprende que o trabalho faz com que ele cresça, ganhando honestamente o valor é uma forma de custear as necessidades da vida que os pais não tem como bancar. É melhor trabalhar do que se envolver no tráfico”.(advogado) (entrevistado 10)

Como podemos verificar, nos relatos acima, que o trabalho infantil é visto por alguns profissionais do serviço como prejudicial, ao bem estar das crianças e dos adolescentes, reduz as possibilidades de ascensão profissional futura, de maior remuneração, e melhor emprego, representando a efetiva violação dos direitos fundamentais. No entanto parte deles traz a temática como um aspecto cultural da região, e que devido a aceitabilidade da sociedade é difícil o enfrentamento desta questão, já que todos não atuam para a sua erradicação.. Na realidade, existe na sociedade, especialmente neste município um forte valor cultural que considera o trabalho como o principal meio para a disciplina e recurso pedagógico para os filhos das classes menos favorecidas. Há o entendimento de que é melhor estar trabalhando do que ficar na rua. Isso é descrito na fala do entrevistado 10 que diz:“ Favorável, porque o menino que ganha dinheiro ele está dignificando a pessoa dele. Aprende que o trabalho faz com que ele cresça, ganhando honestamente o valor é uma forma de custear as necessidades da vida que os pais não tem como bancar. É melhor trabalhar do que se envolver no tráfico”.

O trabalho aparece como modo para a preparação da vida adulta, entretanto a sua iniciação precoce tende a perpetuar aquelas atividades desvalorizadas e mal remuneradas. há também uma grande dificuldade de romper com o trabalho do adolescente, uma vez que está tão naturalizado que não gera uma comoção capaz de reverter essa situação.

A naturalização do trabalho infantil é uma das causas considerada nos dizeres da entrevistada 8 ” Tenho conhecimento de muitas crianças carregando feira. Há incentivo da família que acha que é melhor trabalhar do que ser vagabundo. Outros carregam para comprar drogas”. Para o enfrentamento desta questão social torna-se imprescindível que a equipe técnica do serviço problematize

a temática com os responsáveis das crianças e adolescentes inseridos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, assim com toda a comunidade com o intuito de desnaturalizar o trabalho infantil. A inserção dos infantes no serviço sem o entendimento da família e comunidade de que o lugar da criança é na escola não confirma a retirada desses sujeitos do trabalho infantil.

O trabalho precoce para o entrevistado 10 não é identificado como problema, diante da precariedade material das famílias, aparece mais como uma solução. Justifica-se com o argumento de que “é melhor trabalhar do que se envolver no tráfico”. Esse discurso está atrelado no papel da cultura que atribui “[...] ao trabalho precoce poderoso instrumento moral, capaz de disciplinar e, ao mesmo tempo, formar a sociabilidade das crianças e dos adolescentes” (PADILHA, 2006, p.) Historicamente, as interpretações do senso comum e também de vários profissionais a exemplo deste acabaram sedimentando a ideia de que a criança ou o adolescente, ao realizar atividades remuneradas, encontra-se melhor do que quando ocupa o tempo com o que aparentemente não tem retorno para os filhos da classe trabalhadora.

Os entrevistados sinalizaram também que o serviço não conseguiu retirar as crianças do trabalho infantil. Diante desta questão se faz necessário o serviço pesquisar para conhecer as condições de vida e trabalho de meninos e meninas em Cruz das Almas para a partir daí construir possíveis alternativas ao trabalho precoce assim como desenvolver algumas ações para eliminar o uso da força de trabalho infantil. De acordo com o MDS “ O serviço tem um papel fundamental na prevenção do risco e da reincidência da prática de trabalho infantil inserindo, com prioridade, as crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Assim, a participação das crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, ou em outras atividades socioeducativas da rede é considerada estratégia fundamental para a interrupção do trabalho infantil e para a oferta de novas oportunidades de desenvolvimento às crianças/adolescentes. Além disso, a frequência ao Serviço é um direito da criança e do adolescente e instrumento importante de sua proteção.” (2012)

Os profissionais compreende o SCFV como:

“É um serviço que tem como objetivo fortalecer vínculos familiares, acolher, crianças e adolescentes e a família como um todo para que essas pessoas descubra seu papel na sociedade, suas potencialidades, resgate sua autonomia e dignidade”.(entrevistado 1)

“Ele tem como objetivo fortalecer os vínculos das crianças e adolescentes que teve seus direitos violados”.(entrevistado 2)

“O serviço foi criado para estreitar os laços dentro da família e da sociedade.Os centros que atendem essas crianças deveria ser um lugar para conviver, propiciar sua formação como cidadão, e possibilitar o entrosamento dentro da família, sociedade e não um lugar para brincar como acontece aqui. Brincadeiras que são oferecidas para as crianças sem nenhum propósito.(entrevistado 3)

“Mais um apoio para família”.(entrevistado 4)

“O serviço é para tirar as crianças que estão envolvidas com drogas, em situação de trabalho infantil. Proporcionando as mesmas brincadeiras”.(entrevistado 5)

“ É um conjunto porque a gente passa para crianças: o respeito, os vínculos familiares através dos passeios, festas”.(entrevistado 6)

“É uma instituição onde acolhemos crianças e adolescentes em situação de risco, vulnerabilidade e trabalho infantil”.(entrevistado 7)

:“É um serviço inserido na proteção social básica que objetiva fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças, adolescentes e idosos. Desenvolvimentos de ações socioeducativas, discutindo temas pertinentes aos grupos de convivência e priorizando o atendimento ao público que esteja em situação de direitos violados e negligência. Ex: o trabalho infantil é um público prioritário”.(entrevistado 8)

”É um serviço vinculado ao CRAS, que visa atender crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 a 17 anos e idosos acima de 60 anos. Com objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários através de trabalhos socioeducativos em grupos de convivência”.(entrevistado 9)

“Não acompanho todos os serviços. Venho para o CREAS quando tem uma demanda específica e sou solicitado”.(entrevistado 10)

Os depoimentos dos entrevistados 4 ,5, 6 e 7 se apoiam no conhecimento restrito sobre os objetivos e princípios que norteiam o serviço. Os demais entrevistados no entanto parecem ter clareza sobre o papel da instituição, vale ressaltar que , através de suas respostas, é notório que nem tudo está tão claro, pois não adentraram em seu contexto na lei, apenas em seu conhecimento prévio do

que seja e para que serve o serviço. Além disso somente a entrevistada 8 mencionou o que consiste o serviço no seu novo reordenamento que propõem “ equalizar a oferta do SCFV para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.”(MDS,2014.p.24)

De acordo com as declarações da entrevistada psicóloga parece que há falta de esclarecimento por parte da equipe do significado das propostas do serviço, pois ele está sendo entendido como um espaço para somente brincadeiras, sem nenhuma atividade que lembre o ensino regular, com foco na constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania ,desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades dessa faixa etária.

Nesse sentido é necessário que os profissionais que trabalham com o serviço, em especial os educadores sociais responsáveis pelas ações sócio educativas, ofereçam atividades nas quais as crianças e os adolescentes sintam-se de fato inseridos no contexto social sendo capazes de detectar seu papel perante a sociedade enquanto participantes ativos do programa. Para isso são necessárias atividades voltadas para as especificidades de cada região e território.

O MDS estabelece que as intervenções devam ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação,aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais(Resolução CNAS N° 109/2009)

Nota-se a partir das .ações desenvolvidas pelo corpo tecnico, muitos desafios a serem enfrentados no que se refere à operacionalização da política do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Quanto às ações desenvolvidas pelo SCFV com as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, buscou-se conferir, no Município de Cruz das Almas , se as mesmas são planejadas e quais são as estratégias utilizadas para a sua execução:

“ Ações socioeducativas”. Não existe na realidade essas ações o que são oferecidas para essas crianças são brincadeiras como forma de passar o tempo”.(entrevistada 1)

“Acompanhamento socioassistencial, atividades artesanais. O centro oferece poucos serviços”.(entrevistada 2)

“Não se tem um tratamento diferenciado para essas crianças, elas são atendidas pelo serviço como crianças comuns”.(entrevistada 3)

“Brincadeiras, jogos, atividades”.(entrevistada 4)

“Trabalho com artesanato, brincadeiras, passeios, palestras”.(entrevistada 5)

“Oferece infância, o programa ensina a criança a brincar e não trabalhar”.(entrevistada 6)

“Desenvolvimentos de atividades como: pintura, artesanato, esporte, dança, música, etc”.(entrevistada 7)

“ Ações socioeducativas que discutir temas transversais. Três eixos: cultura, esporte, lazer e cidadania”.(entrevistada 8)

“ Aula de música, dança , palestras”.(entrevistada 9)

“ Desconheço o serviço”.(entrevistada 10)

A expressão, acima da entrevistada 1 apontam que as ações sócio educativas não se propõem, conhecer a realidade dessas crianças, seus anseios, vontades, isso me faz recordar da época anterior a Constituição Federal de 1988 em que elas eram tratadas como objeto, útil apenas como força de trabalho para a indústria capitalista. E em se tratando do atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social e risco social os profissionais do serviço não deve atender os usuários como se fosse “crianças comuns, sem atendimento diferenciado” como dita pelo depoimento da entrevistada 3. Carece-se compreender antes de tudo que esta “vulnerabilidade” aborda diversas modalidades de desvantagem social, mas principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, de pertencimento social ou vinculados à violência.

Lima (2004) aponta que as ações sócio-educativas atuam como um aspecto positivo no universo de crianças e de adolescentes, pois oportuniza esses sujeitos a compreender a dinâmica da sociedade, principalmente, por trabalhar com questões

que são relevantes ao cotidiano social. Atua na perspectiva de conscientização de direitos e deveres, aponta a importância da coletividade para fortalecer ações em comum, estimula a relação e a construção dos vínculos entre os sujeitos, incentiva o desenvolvimento da autonomia.

De acordo com a proposta do serviço as ações socioeducativas oferecidas devem ser construídas a partir das especificidades dos sujeitos envolvidos e da sua realidade sócio-histórica. Porém vimos que o município de Cruz das Almas não está levando essa questão em consideração, ou seja, a sua execução contrapõem os objetivos e princípios em sua proposta na lei. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desta localidade precisa avançar adequando-os as necessidades e preferências das crianças e adolescentes nas suas atividades, nas quais são importantes o desenvolvimento social e emocional das crianças e adolescentes.

As atividades oferecidas pelos quatro núcleos precisa propor a universalização do acesso e conhecimento de direitos sendo levados junto à comunidade, democratizando as ações e garantindo uma forma das crianças se tornarem multiplicadores de informação e conhecimento adquirido para as demais pessoas de seu meio social.

O relato da entrevistada 1 quando diz que " não existe ações socioeducativas". Me faz pensar que o serviço não pode ser visto como uma mera condicionalidade de um programa mais amplo de distribuição de renda, subordinando as ações do combate ao trabalho infantil.

Quanto , aos critérios do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e a sua opinião sobre eles, obtiveram-se as seguintes respostas dos profissionais:

" Pessoas de baixa renda cadastrada no cad único em situação de isolamento, trabalho infantil, vivência de violência e ou negligência, fora da escola ou defasagem escolar ou superior a 2 anos, em situação de acolhimento, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, egresso de medidas socioeducativas, situação de abuso e ou exploração sexual, medidas de proteção ao Estatuto da Criança e Adolescente(ECA), crianças e adolescentes em situação de rua, vulnerabilidade que diz respeito a pessoas com deficiência. Eu acho que precisaria de uma equipe mais preparada, mais capacitada, para atender essas pessoas. Deveriam ser oferecidos mais cursos. Uma equipe com mais profissionais e melhor estrutura física".(entrevistada 1)

“Eu acho importante. Agora precisa de mais instrumentos, mais ações para que esses vínculos sejam reforçado, porque acaba tudo sendo muito vago. Muitos saíram das feiras porque não podiam trabalhar, mas a gente ver muitos nas esquinas sem fazer nada. Não tem ações motivadoras para as crianças permanecerem no serviço”.(entrevistada 2)

“ Não é analisado o território em que os usuários estão inseridos para contextualizar as ações realizadas. O contexto social não é levado em consideração”.(entrevistada 3)

“ Não porque se tem seleção a maior parte que necessita fica de fora”.(entrevistada 4)

:“Tem que estar estudando a gente verifica isso,todas podem participar do serviço. Eu concordo com isso porque é uma forma delas interagirem”.(entrevistada 5)

“ Ótimo, porque o serviço tem muito objetivo familiar e ao próximo, respeito aos colegas”.(entrevistada 6)

“Recupera muitas crianças e adolescentes que vivem em situação de risco”. (entrevistada 7)

“È válido. Porque todos os membros da família em situação de vulnerabilidade e risco social podem participar, com prioridade de atendimento pelo serviço os membros dessas famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social os chamado públicos prioritários”.(entrevistada 8)

“Acho que ficou mais amplo porque podemos inscrever qualquer pessoa que tenha interesse em participar. Antes so podíamos atender crianças e adolescentes que trabalhavam”. (entrevistada 9)

” desconheço o serviço”.(entrevistada 10)

.Nas falas dos sujeitos fica claro que não há ações motivadoras que atrai as crianças e os adolescentes assim como ausência de contextualizar as ações realizadas dos serviços. Esta situação contribui para o fato que já foi dito por um dos entrevistados acima no qual o serviço de convivência fortalecimento de vínculos não consegue retirar as crianças e adolescentes da situação do trabalho infantil. Logo esses espaços que deveriam ser atrativo, Visando ampliação dos seus horizontes e o desenvolvimento das suas potencialidades enquanto sujeitos e como cidadãos, torna-se um ambiente desinteressante e sem propósito preferindo eles ficarem nas ruas.

É importante que os profissionais responsáveis pelo serviço observem a diversidade das realidades atendidas, a fim de que, a partir de uma análise

ampliada, possam propor ações que estimulem a família e a sociedade a conjugarem esforços para a erradicação do trabalho infantil, construindo assim iniciativas inovadoras de proteção social às crianças e aos adolescentes. É mister que os profissionais estejam em processo de educação permanente, indo além dos espaços de planejamento e avaliação do trabalho profissional

Outro aspectos apontados nas narrativas é em relação as precariedades das condições estruturais onde o serviço de Cruz das Almas é desenvolvido, comprometendo o bom desempenho das ações, principalmente das Jornadas Ampliadas. Outro elemento dificultador é em relação aos recursos humanos que o serviço dispõem com poucos profissionais e muitos mal preparados para atender a demanda. Além da carência de cursos para melhor capacitar os profissionais que trabalham com o serviço, o que esta relacionada diretamente com o não êxito na concretização do serviço. Conforme o objetivo do serviço deve-se oferecer proposta pedagógica atrativa, ajudando as crianças e adolescentes a superar dificuldades encontradas no convívio familiar e social das famílias contempladas. Para que os serviços ofertados sejam realizados em sua plenitude, dentre outros, são necessários recursos.

As atividades voltadas ao serviço têm especificidades que se referem ao trabalho com crianças e adolescentes. Dessa forma, o planejamento das ações devem considerar os interesses dos beneficiados, para que sejam incentivadas a interrupção do trabalho e a frequência escolar.

Diante da pergunta do trabalho do o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV) é desenvolvido em rede? Se sim, quais as instituições compõem a rede de atendimento, os profissionais revelaram:

:"Sim". Quando solicita a rede comparece, mais não é assídua. A rede é pouca para atender tanta gente. A equipe tem poucos profissionais. Ex: o conselho tutelar tem poucos profissionais .As instituições que compõem a rede são; delegacia, conselho tutelar, secretária de assistência social,UFRB, PRONATEC, Ministério Público, sociedade civil, igrejas, secretária de saúde, todas as secretarias".(entrevistada 1)

"Sim. Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público.(entrevistada 2)

"Não. Não existe contribuição em nível de palestra e ações integradas. Os poucos que fazem alguma contribuição são; Polícia

Militar, Secretária de Saúde e UFRB".Essas ações são pontual".(entrevistada 3)

"Sim. Não sei qual que faz parte".(entrevistada 4)

"Sim. O CREAS.(entrevistada 5)

" Tem parcerias com os pais e as escolas".(entrevistada 6)

"É em parceria com a prefeitura de Cruz das Almas, secretaria do trabalho, CREAS".(entrevistada 7)

"Deve, pretende-se fazer mais parceria CRAS e CREAS, estreitar os laços para fazer busca. Falta fortalecer a rede que está começando, porque o serviço é novo e foi implantado o ano passado".(entrevistada 8)

" Sim. Conselho Tutelar, CREAS. A rede encontra-se fragmentada, fragilizada.(entrevistada 9)

" desconheço o serviço".(entrevistada 10)

Outro fator de relevância apontados pelos sujeitos da pesquisa é a ausência de uma rede sócio assistencial completa e integrada. Durante o período de estágio percebi que as famílias inseridas no serviço de Cruz das Almas vivenciam, cotidianamente, inúmeros conflitos sociais e necessitam de uma intervenção profissional específica e sistemática. Muitas dessas questões não seriam competências dos profissionais do serviço, no entanto, a falta de programas específicos, para subsidiar as ações, faz com que o serviço assuma diversas responsabilidades, além daquelas já executadas no serviço.

A grande maioria dos entrevistados apontou que a rede não é assídua. Neste sentido podemos verificar a ausência de mecanismos que auxiliem a emancipação social desses grupos, ou seja, a promoção de programas que atuem paralelamente aos benefícios provenientes da bolsa. Os serviços socioassistenciais devem ter uma articulação com outros serviços de outras unidades. Pois, como os núcleos atende a pessoas que vivem ou já viveu alguma situação de violência, muitas vezes estes usuários necessitam de outros serviços que não são ofertados pela rede sócio assistencial, por isso a importância e a necessidade de um serviço ofertado em conjunto. Para que o serviço obtenha resultados plenos, precisa-se de ações conjuntas e articulação com outras políticas.

Outro fator, que já foi mencionado, mas que merece ser destacado como limitador do serviço é a carência de profissionais o que acarreta a possibilidade de efetivar uma fiscalização plena desses núcleos familiares para conferir se realmente os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo garantidos. A carência de profissionais, inseridos numa determinada esfera, é um fator preponderante para estabelecer resultados efetivos e eficazes nas ações.

Diante da demanda e do acúmulo de trabalho, os profissionais não encontram tempo para planejar e avaliar as ações, o que reflete na qualidade da ação.

Diante do exposto torna-se necessário alguns avanços que auxiliaram na efetivação do serviço, como a realização de concurso público para um quadro de funcionários efetivo de o aumento do número de profissionais para a realização da jornada ampliada e a estruturação articulada para a efetivação do cadastro único e monitoramento dos sistemas necessários no monitoramento dos benefícios.

O MDS aponta a necessidade de articulação do serviço com outras políticas públicas é latente principalmente com Assistência social e a Educação, no sentido de expandir a atuação do serviço e seus impactos, com vistas a uma gestão compartilhada, na medida em que viabilizaria o acesso e repasse de informações sobre projeto, programas, capacitações, que tenham interface com as propostas e objetivos do serviço para inserir as famílias e favorecer as capacitações destas(2012)

É imprescindível a articulação intersetorial para que acompanhe os usuários de forma integral voltada para a construção de um modelo de proteção social estrutural que supere o olhar fragmentado sobre as necessidades sociais dos necessitados.

Os profissionais também expressaram sua opinião a respeito das mudanças que poderiam ser executadas para combater o trabalho infantil?

“Deveria existir mais geração de emprego para a família e legalização do trabalho; creches para os pais deixar as crianças e poder trabalhar. A base para o combate infantil é a educação e o emprego”.(entrevistada 1)

“Precisa de ações para estar inserindo os adolescentes de menor aprendiz, instituições que possam acolher esses adolescentes. E que tenhamos um olhar diferenciado para esses adolescentes realizarem

trabalho remunerado de forma legalizada, não se pode deixar essas crianças com tempo ocioso”.(entrevistada 2)

”A solução é propiciar maior renda familiar, com desenvolvimento sustentável da família.(entrevistada 3)

“Ter mais Educação e projeto”.(entrevistada 4)

“Projetos, cursos profissionalizantes como: manicure, curso de corte costura”.(entrevistada 5)

“Dar condições de trabalho aos pais. E uma base familiar”.(entrevistada 6)

“Fiscalizando a feira livre e outras áreas onde podem ser encontradas crianças e adolescentes trabalhando e coloca-los nos programas do SCFV”.(entrevistada 7)

“Acredito no novo redesenho do PETI, no qual é realizado um trabalho educativo com as famílias como um todo. Nesse novo redesenho a responsabilidade do PETI é: realizar audiências públicas, palestra educativa, campanhas informativas, além da busca ativa que precisa ser intensificada no município”.(entrevistada 8)

“Fortalece rede prestadora de Serviços socioassistenciais; formar comissão com essa finalidade; mais apoio do Ministério Público que se mostra muito ausente no município”.(entrevistada 9)

“Favorável à oferta de esporte, porque mente vazia é mente poluída”. (entrevistada 10)

Os entrevistados sinalizaram como medidas: oportunidades de trabalho educação de qualidade, renda familiar, fiscalização trabalhistas. Acredita-se na urgência de uma política econômica que redistribua a renda de maneira mais justa, promovendo as reformas estruturais necessárias e implantando programas específicos para as famílias em situação de pobreza extrema, para erradicar de maneira definitiva a prática do trabalho infantil no país. Tais medidas devem estender a todos os brasileiros condições dignas de moradia, uma educação pública de qualidade e um sistema de saúde eficiente. Mas é preciso inserir a sociedade nesse contexto, devemos nos envolver com essas crianças, denunciando, protestando, estender a mão literalmente a esses pequenos.

Portaria nº 458/2001, estabelece a obrigatoriedade de atenção às famílias das crianças e dos adolescentes, as quais devem ser trabalhadas “por meio de ações sócio educativas e de geração de trabalho e renda, que visem garantir a sua proteção e inclusão social, promovendo assim, melhoria na sua qualidade de vida”.

Diante dessa situação, onde a interrupção do auxílio monetário e a dependência das famílias em relação à renda oriunda do serviço são realidade absoluta, transformar a retórica da centralidade na família com foco na geração de renda em realidade, é de extrema importância, pois como evidenciaram as falas, tratam-se de famílias vulneráveis economicamente e que precisam da bolsa para garantir sua sobrevivência.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os profissionais revelaram que:

“Excelente. Na teoria mais na prática não acontece, porque no ECA estão os direitos e deveres da criança e do adolescente”.(psicopedagoga)

“ É um instrumento importantíssimo como garantidor de direitos das crianças e dos adolescentes, mas a sua aplicabilidade é falha. Precisa de alteração de alguns artigos que precisam ser claro para as crianças e adolescentes saber seus direitos e deveres. O ECA precisa ser mais divulgado, a gente precisa saber mais sobre o ECA a sociedade de modo geral”.(conselho tutelar)

“Lindo na teoria, mas na prática é deturpado ou negligenciado”.(psicóloga)

“Não lembro o que é”(educadora social 1)

“A lei existe, mas só na teoria porque na prática não acontece. Sou a favor da lei porque ela pode tornar que as crianças sejam adultos melhores. Essa lei **favorece** [grifo do autor] as crianças”.(educadora social 2)

“Ótimo, ver os direitos das crianças preservadas, e os conselhos tutelar ficam em cima preservando os direitos das crianças”.(educadora social 3)

“O ECA protege a criança e o adolescente, mas precisa ser mais praticado”.(educadora social 4)

“Adepta do ECA. Porque é uma lei, que foi conquistada com muita luta. O que preocupa é as opiniões policialesca, que culpabiliza as famílias e não ver a criação do ECA como um instrumento em desenvolvimento”.(assistente social)

“ É uma lei muito bem elaborada na defesa dos direitos da criança e do adolescente”.(coordenadora do serviço)

“Extremamente protetor, protecionista, principalmente ao infrator. O ECA protege demais de forma negativa ao menor infrator”.(advogado)

Praticamente todos concordam com o que o ECA promulga, sendo este necessário para a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes porém eles sinalizam que esse instrumento não se materializa. Na fala da entrevistada 2 quando diz “O ECA precisa ser mais divulgado, a gente precisa saber mais sobre o ECA a sociedade de modo geral”. Pressupõem que esse modelo de legislação precisa ser conhecido profundamente para que seja legitimado. A sociedade brasileira, além das instituições que compõem o sistema de proteção, também precisa entender o que essa legislação significa. Enquanto isso meninos e meninas estão tendo seus direitos violados. “O ECA é muito bom, mas seria melhor ainda se fosse cumprido. A malha protetiva, por não ter profissionais que dominem o conhecimento da matéria, acaba fazendo com que os direitos não sejam observados e a norma não seja efetivamente aplicada”,(Cesario,2014 p.) O que é comprovado com o relato da entrevistada 1” não lembro o que é”.

Vale destacar o que diz o entrevistado 10” Extremamente protetor, protecionista, principalmente ao infrator. O ECA protege demais de forma negativa ao menor infrator”. Aqui esta um discurso que representa a elite na época da menoridade , na qual achavam que infantes não trabalhavam por que não “se sentiram motivados”, “escolhendo” a malandragem, o vício e a perdição, que ameaçava a paz e a ordem social, a moral e os bons costumes orientadores da nova sociabilidade erigida sob a ética do trabalho.

O ECA, que não foi efetivado em sua totalidade, vem sendo alvo de questionamentos que permitem retroceder na história, como tem sido o debate acerca da inimputabilidade pena.

Uma das profissionais diz que desconhece o ECA o que reafirma o que já foi dito sobre o desconhecimento desse instrumento de garantia e proteção as crianças

e adolescentes e também a falta de profissionais inadequados para a função , o que pressupõem a sua integração no serviço por questão de política.

Quando indagados sobre se no cotidiano de seu trabalho eles percebem perspectivas de mudança da situação de vulnerabilidade que as crianças e adolescentes vivem, obtiveram-se as seguintes respostas dos profissionais:

“ Sim, porque tem profissionais que são realmente dedicados, embora não tenhamos estrutura física para fazer um bom trabalho. Possa ser que eles não façam o melhor mais eles buscam o melhor”.(entrevistado 1)

“ No momento infelizmente eu vejo uma situação triste; a família é omissa; as ações precisam ser articuladas para mudar essa situação. As famílias fazem alguma coisa se tiver benefício. Elas deixam a desejar,não motivam os filhos a participarem dos programas oferecidos”. (entrevistado 2)

“ Não. Porque a situação do trabalho infantil por exemplo não existe interesse de ambas as partes nem do governo nem da sociedade”.(entrevistado 3)

“ Com certeza. Percebi que a maioria tinham preconceitos, nós conseguimos tirar eles da rua”.(entrevistado 4)

“Vejo muita mudança para melhor”.(entrevistado 5)

“ Sim, alguns se socializam, participam mais, interage melhor, tiraram a timidez”.(entrevistado 6)

“ Sim, muitas crianças mudam e se recuperam”.(entrevistado 7)

“ Quando há um acompanhamento efetivo há possibilidade de superação da vulnerabilidade. A efetivação da equipe ameniza a vulnerabilidade. Para que isso ocorra se faz necessário uma equipe completa, com recursos necessários, e o trabalho em rede etc”.(entrevistado 8)

“ Bem pouca, porque muitas vezes pela complexidade do ambiente familiar”.(entrevistado 9)

“ Só se for para pior. Atitude de um só não vai para frente. É preciso que todos se unam. As instituições estão trabalhando de forma sozinha. Porque não tem vontade política, interesse político”. (entrevistado 10)

A maioria dos sujeitos responderam que não percebem perspectivas. Foram apresentados discursos culpabilizando a família porque estes só inserem os seus

filhos em projetos sociais para receber o benefício financeiro. Esse discurso é resquícios de uma cultura do vinda da época dos códigos de menores, a respeito Veronese e Lima diz; “Os velhos modelos doutrinários baseados em concepções obsoletas não dispunham de uma proteção efetiva à infância brasileira, ao contrário, foram responsáveis por culpabilizar e punir principalmente a família e as crianças e adolescentes empobrecidos”.(2012, p.52)

Destaca-se a necessidade de oferecer atividades que sejam atrativas e que não se refiram apenas à ajuda financeira ou se restrinjam a um suposto local para atender ao público infanto juvenil. É preciso conseguir o envolvimento dos beneficiários e suas respectivas famílias, o que supõe o desenvolvimento de atividades do seu interesse. Esse é um importante desafio, tendo em vista que a equipe responsável pelo serviço deveria contar com autonomia profissional na escolha e desenvolvimento das atividades, as quais, na realidade, acabam sendo definidas pela administração da Prefeitura e pela equipe gestora da Secretaria de Ação Social, da qual apolítica de Assistência Social do município faz parte. A partir daí faz-se necessário uma aproximação da família com o serviço.

Percebi na minha experiência de estágio o que é reafirmado nas falas dos entrevistado que não há o funcionamento de um trabalho interdisciplinar de equipe no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no município. Os profissionais acabam trabalhando de forma isolada o que acarreta na desorganização das ações desenvolvidas. Isso é perceptível no fato relatado na fala da conselho tutelar. Entende-se que para haver uma boa gestão e efetividade das ações e projetos, é imprescindível diálogo, troca e interação entre a equipe para que aconteça uma articulação entre os serviços, a articulação deve partir de um pacto institucional pela garantia do direito. É necessário que o gestor seja uma liderança na instituição, juntamente com todos os atores que compõem a equipe de trabalho, estabeleça reuniões mensais para o planejamento das ações para que estes compartilhem ideias, discutam e tomem decisões em espaços que proporcionem a reflexão de questões teóricas e metodológicas.

Quando questionados se recebem capacitação? Quais e quantas no decorrer do ano, os profissionais responderam:

“ Mais ou menos. Esse ano ainda não ocorreu.(entrevistado 1)

“ Sim, voltado para cada serviço . Quando surge algum serviço novo como o PETI que não deu certo e agora surge um outro novo. 2 a 3 por ano. (entrevistado 2)

“Não, A maioria dos profissionais que trabalham com o serviço não teve qualquer experiência com projetos sócias. São profissionais mal capacitados, com pouca instrução na área”. (entrevistado 3)

“ Sim. Ano passado tivemos três e esse ano ainda nenhum. Foi sobre a projeto, como se comportar com as crianças com drogas, foi falado sobre os trabalhos de alto risco”.(entrevistado 4)

“ Recebi 6 em 6 meses”.(entrevistado 5)

“ Sim, sempre . Sobre os direitos das crianças, brincadeiras de como brincar, ensina a gente ter a sensibilidade para perceber quando as crianças estão sendo abusadas”.(entrevistado 6)

“Sim, em média 3 por ano, sobre o trabalho infantil, vulnerabilidade infantil, abuso sexual, exploração de menor[sic].(entrevistado 7)

: “Receberam capacitações. Já tivemos 3 capacitações. Teve vídeo conferência a semana passada”.(entrevistado 8)

“ Sim, nesse ano os técnicos receberam 2 e os educadores apenas 1.(entrevistado 9)

” desconheço o serviço”.(entrevistado 10)

Em análise geral dos questionários aplicados, tem-se a confirmação da hipótese de que estes profissionais não recebem a capacitação adequada e que sentem falta destes recursos. As ações e projetos desenvolvidos pela unidade comprometem toda a equipe técnica.

É de extrema importância que esses profissionais recebam capacitação antes de iniciar a atuação nos programas sociais para entender qual será a seu objetivo na instituição, o que auxiliara a se reconhecer como sujeito ou não da ação. Ao identificar o perfil para a referida função, deverá receber capacitação continuada para subsidiar a sua intervenção profissional periodicamente.

Quando questionado também no que mudaria ou acrescentaria no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, eles pronunciaram que:

“Mudaria tanta coisa. Acrescentaria um incentivo para as pessoas que estão trabalhando se aperfeiçoasse cada vez mais através do estudo; as pessoas que trabalhassem lá deveriam ser formadas na área isso deveria ser um critério; as estruturas físicas(mais salas,

mais refeitórios, mobiliário padequado, jogos, boliche); também um profissional que jogue xadrez para desenvolver a inteligência deles; professores que ensinem artes, profissionais que perceba as suas potencialidades e as desenvolvam”.(entrevistado 1)

“ Acrescentaria mais profissionais com diversas especificidades, com diversos segmentos. Buscaria intensificar a família, trazer a família. A nossa maior dificuldade é trazer a família”.(entrevistado 2)

“ Primeiro os educadores sociais deveriam ter previa capacitação ou mínimo de experiência na área, para que só assim eles tivessem condições de realizar atividades de caráter educativas, lúdicas para as crianças fazendo com que a brincadeira tenha um caráter pedagógico e não uma mera brincadeira, promovendo, assim, interação social e o desenvolvimento de habilidades intelectivas”.(entrevistado 3)

Acho importante a sociedade se apropriar do serviço já que o intuito é de fortalecer a comunidade.”(entrevistado 4)

:" Acrescentaria um parque, mais passeios, profissionais na área de educação física, de artesanato.(entrevistado 5)

“ Ter mais responsabilidade em termo do trabalho”.(entrevistado 6)

“Não acrescentaria nada”.(entrevistado 7)

“ Um maior comprometimento de toda a equipe em geral

” Fortaleceria mais a intersectorialidade da rede socioassistencial e ampliava a buscativa.(entrevistado 8)

“ Deve ser analisado pelo núcleo, temos 4 núcleos.(entrevistada 9)

“ desconheço o serviço”.(entrevistada 10)

Um ponto muito importante dito na fala do entrevistado 2 foi a dificuldade de trazer a família para o serviço. É importante saber que quando se trabalha com a operacionalização de programas sociais que tem como demanda uma população com demanda própria, a coesão e o trabalho interdisciplinar são fundamentais para que se possa atingir graus elevados de eficiência. O serviço tem como foco dentre outros atender criança em situação de trabalho infantil, que por sua vez, tem entre suas origens a precariedade econômica da criança, o adolescente ou a mãe, mas é fundamental trabalhar a família de forma conjunta e simultânea. Diante disso a fragmentação das ações do serviço de Cruz das Almas coloca em risco a concretude de seus objetivos.

Com efeito, precisa-se compreender que “qualquer programa destinado às famílias deverá contemplar os grupos familiares concretos nas suas condições de

vida, nas suas possibilidades de soluções para os desafios do cotidiano e nos seus contextos socioculturais” (SZYMANSKI, 2010, p.43).

Dessa maneira, cabe aos profissionais envolvidos uma postura reflexiva acerca dos modelos familiares presentes na sociedade contemporânea, bem como conhecer o contexto histórico e social no qual as famílias estão inseridas, para que não atuem de maneira normativa e impositiva.

Acredito que ha dificuldade de envolver a família, auxiliar as demandas cotidianas das famílias usuárias do Programa, principalmente, no sentido de encaminhar esses usuários para a rede sócio-assistencial existente no município.

Outro fator frisado pelos sujeitos foi a necessidades de intensificação da intersetorialidade. Questão essa que entre as políticas sociais é fundamental, porém, no dia a dia dos serviços, é praticamente inexistente. As políticas de saúde, de assistência social e de educação precisam estreitar laços. A manutenção do menino e da menina na escola envolve a relação ensino-aprendizagem estabelecida entre o professor e o aluno e a escola e a comunidade. O serviço exige que o beneficiário esteja estudando, mas nem sempre a escola consegue ser para ele a porta para a formação e estimular o desejo pelos estudos.

Contemplando as algumas falas sobre profissionais mal capacitado, eles deixando de ser apenas executor, o profissionais do serviço , precisa formular e gerir políticas sociais. Por sua vez, ser propositivo no âmbito do planejamento e da criação de políticas sociais requer do profissional um conhecimento prévio da realidade social em que se está trabalhando. A criatividade e a inovação são fatores essenciais, posto que, de acordo com Torres, Filho e Morgado (2009),as políticas públicas têm, nos últimos cinco anos, procurado se ajustar à lógica do ECA, porém, não se pode consolidar uma intervenção sem uma qualificação adequada à responder as demandas vivenciadas na realidade.

11) Quais impactos sociais, econômicos e culturais o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo(SCFV) é capaz de causar na vida das famílias contempladas pelo mesmo?

“Ainda é muito pouco as melhorias nessas famílias, em algumas famílias buscaram sua autonomia, buscou emprego, achou lugar para deixar seus filhos”.(entrevistada 1)

“Positivo fazendo com que as pessoas no seu contexto se sintam cidadãos de direitos e de forma que pode está reivindicando esses direitos. Inseridos na sociedade eles vão buscar esses direitos”.(entrevistada 2)

“Ajudaria entender melhor o que é ser cidadão. O que geraria uma maior cobrança deles ao governo”.(entrevistada 3)

” dar mais apoio as famílias”.(entrevistada 4)

“Estão resgatando os vínculos e valores familiares que estão se perdendo”.(entrevistada 5)

”Esse projeto diminui a preocupação dos pais pois eles sabem aonde e com quem estão”.(entrevistada 6)

：“ O SCFV vem mudando a vida das famílias, com as oportunidades oferecidas muitas crianças e adolescentes se encontram em algumas dessas atividades e tiram proveito para crescer na vida”.(entrevistada 7)

“Sim. Temos grupos voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares como: grupo de mãe- geração de renda”.(entrevistada 8)

“Não podemos mensurar porque o programa foi implantado aqui na metade do ano de 2013 para inicio de 2014”.(entrevistada 9)

” desconheço o serviço”.(entrevistada 10)

Eles reconhecem que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos proporciona as crianças e adolescentes em situação de risco outras oportunidades de vida visando à emancipação social e a construção da cidadania. No tocante à prática profissional, dentro de uma instituição, ao se tratar especificamente do atendimento à criança e ao adolescente não basta o conhecimento teórico do problema, mas como já mencionado, a observação do contexto tanto individual como coletivo, deve ser um dos instrumentais que não pode faltar ao profissional.

A realidade é que o trabalho infantil precisa ser pensado com seriedade no país, não se podendo ignorar a presença das crianças e adolescentes nas ruas, desenvolvendo atividades impróprias para sua capacidade física, afastadas das salas de aula, tendo, em consequência deste fato, prejudicados seu desenvolvimento. Para tanto faz-se necessário, planejar políticas públicas eficazes e condizentes com a realidade do trabalho infantil e que garantam o pleno desenvolvimento dos aspectos físicos, psíquicos, sociais e intelectuais às crianças e adolescentes.

12) O objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo(SCFV) em relação as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil esta sendo alcançado? Porque?

Mais ou menos. Porque é recente o serviço e não conseguiu totalmente mudar a mentalidade da família. Ex: Piabas um dos núcleo na época do plantio mesmo as crianças ajudam os pais, vejo jovens nas topiques como cobrador, também crianças na feira trabalhando. (entrevistada 1)

“Ainda não. Infelizmente precisamos avançar ainda muito, dando as crianças e adolescentes outro direcionamento já que eles não podem trabalhar. Porque não basta só dizer que não pode trabalhar. Vejo muitas crianças sendo exploradas vitimas do trabalho infantil principalmente em relação a obra barata, essas pessoas pagam qualquer valor a elas para trabalhar”.(entrevistada 2)

“Não. Porque além de não ter a situação modificada, por não ter um tratamento especial, não tem um enfoque na criança de trabalho infantil”.(entrevistada 3)

“Sim. Porque o tempo de está na rua está no projeto e depois no colégio”.(entrevistada 4)

“Sim. Eu vejo que o serviço estão ajudando os vínculos familiares”.(entrevistada 5)

” Está. Porque um turno eles estudam e no turno oposto eles estão no serviço”.(entrevistada 6)

“Não. Vejo muitas crianças trabalhando na feiras e em topiques como cobradoras”.(entrevistada 7)

” Não. Porque a rede não está integrada. E a criança e o adolescente continua trabalhando”. (entrevistada 8)

“Não tem como dar essa informação. Porque o programa é novo”(entrevistada 9)

” desconheço o serviço”. (entrevistada 10)

A grande maioria afirmaram que o serviço não está conseguindo retirar as crianças do trabalho infantil. Deve ser pontuado que a política social brasileira se apresenta segmentada não apenas por fragmentos da população (criança, jovem, idoso, deficiente etc., mas também segundo os problemas manifestados,

institucionalizando as medidas para quem está em situação de rua, trabalho precoce, drogadição, abandono, entre outros exemplos(Padilha 2014).

Assim no serviço de Cruz das Almas pode-se dizer que não se efetivou concretamente a política de proteção universal à infância e à adolescência, e muitos projetos, apesar da sua importância, encontra-se somente no papel do que realmente um meio efetivo de atender a demanda que pretende responder.

Tal forma de desenvolver políticas sociais públicas no Brasil tem mantido as atividades de lazer, cultura e esporte ligadas a raros projetos sociais, apesar do entendimento destas enquanto medidas essenciais na formação da cidadania e bem-estar de crianças e adolescentes, cujo potencial está também em dissociar o público infanto-juvenil da marginalidade e em oferecer bases de apoio mais rigorosas ao sistema de educação.

No contexto da implantação de propostas, deve-se refletir sobre a negação da prática do clientelismo, do autoritarismo e da burocracia nas políticas discursivas, expressões tão utilizadas na execução de políticas sociais atuais onde se institucionaliza a prática profissional do assistente social. No tocante à prática profissional, dentro de uma instituição, ao se tratar especificamente do atendimento à criança e ao adolescente não basta o conhecimento teórico do problema, mas como já mencionado, a observação do contexto tanto individual como coletivo, deve ser um dos instrumentais que não pode faltar ao profissional.

Concordamos com YASBEK, ao defender que pouco conhecemos sobre os usuários e ainda temos muito o que avançar no ponto de vista da qualidade dos serviços. É importante considerar alguns pontos relevantes apontados pela autora:

Qualificar Recursos Humanos para o SUAS, CRAS, CREAS; democratizar os Conselhos, os mecanismos de participação e o controle social, tendo como perspectiva facilitar a representação dos usuários; construir mecanismos e estratégias de resistência à cultura política conservadora (inclusive à nossa própria); ampliar a comunicação; aperfeiçoar e desenvolver capacidades no sentido de elaborar diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios; estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação da política; ampliar o financiamento e estabelecer padrões de qualidade e de custeio dos serviços; contribuir para a construção de uma cultura do direito e da cidadania entendendo que o agir tecnológico é ato político; consolidar o Suas como sistema de política pública, criando uma base social de sujeitos e serviços que lhe dêem sustentabilidade, para que possa atravessar períodos de distintos governos.

O SUAS ainda conviverá por muito tempo com suas contradições. Por tanto é necessário o constante exercício de auto-crítica por parte de formuladores e implementadores dessas políticas. Responder as demandas das expressões da Questão Social, não é uma tarefa simples e mesmo com o grande passo dado com a regulamentação da LOAS, ainda se tem muito a caminhar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tratou de uma das expressões mais graves da questão social no Brasil, que é o trabalho infantil. Teve como objetivo analisar e avaliar a eficácia do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) no município de Cruz das Almas- BA.

O trabalho infantil é decorrência direta da ausência de garantia e efetivação de direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e civis que, na atual conjuntura (capitalismo globalizado imperialista), que afetam diretamente a população pobre, a qual, sem condições de subsistir e sem as garantias de seus direitos, desenvolvem meios alternativos para sobreviver, com trabalhos realizados na informalidade, em condições precárias e insalubres, sem nenhum tipo de garantia ou proteção legal.

Tomando-se a retrospectiva histórica realizada nos capítulos iniciais, é notório que desde a Constituição Federal de 1988 e da criação do ECA em 1990 o Brasil, tem avançado no intuito de fazer valer o direito da criança e do adolescente a brincadeira, ao estudo, por fim, ao exercício da cidadania. Nesse sentido o SCFV no Brasil é considerado uma estratégia fundamental para a prevenção e o enfrentamento ao trabalho infantil. Esse estudo propôs-se evidenciar suas limitações e também seu alcance, destacando alguns aspectos problematizadores sobre a implementação e eficácia. Considerando, para tanto, que o Programa como política de assistência social, em suas intenções proclamadas, visa a promover o afastamento do trabalho precoce por meio da transferência de renda, do trabalho sociofamiliar e a oferta de atividades.

O SCFV, no Município de Cruz das Almas, muito embora represente uma política social que minimize as condições de carências da família, não conseguiu afastar as crianças e os adolescentes definitivamente do trabalho infantil, se não apenas diminuir o tempo gasto nas atividades colaborativas. Nesse sentido é preciso criar mecanismos que ampare a família em sua plenitude.

No processo de operacionalização, o MDS aponta a importância da articulação das ações do SCFV com outras políticas, como condição essencial para melhoria do acompanhamento do desempenho e desenvolvimento da criança. No caso de Cruz das Almas, a articulação é incipiente, restringindo-se a encaminhamentos para programas da rede social, o que em muito prejudica os

objetivos e resultados do serviço, que por trabalhar com um problema complexo deveria propiciar à família a atenção às suas diversas necessidades, de modo a constituir-se, de fato, num programa com possibilidades de inclusão social.

Seria de extrema importância que os profissionais responsáveis pelo serviço conhecessem o P o percebessem enquanto parte do processo educativo da criança, compreendendo que seu trabalho deve ser codividida entre sujeitos sociais, inclusive profissionais inseridos no âmbito escolar.

Em se tratando da estrutura do serviço, a falta de espaço físico e de adequação deste as peculiaridades do usuário, é aspecto apontado como negativo pelos profissionais. Ressalta-se também a falta de material e a necessidade de propiciar capacitação dos recursos humanos envolvidos, dada a particularidade do trabalho, principalmente aos educadores sociais.

O MDS prevê centralidade nas ações voltadas para as famílias, no sentido de potencializá-las para a o mercado de trabalho, tornando-as auto-suficientes economicamente. Essa premissa parte do entendimento de que o trabalho infantil é determinado pela condição de pobreza das famílias, e, nesse sentido, o tempo de permanência da criança no serviço, seria concomitante à oferta de cursos de qualificação profissional e geração de renda para as famílias. Assim, de acordo com o ideal presente nos documentos oficiais, a família passaria a assumir sua sobrevivência e dispensaria o trabalho infantil e a dependência do serviço. Porém, o que se constatou nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, há carência de instrumentos que viabilizam a inserção social das famílias, a criança, mesmo inseridas no serviço, corre o risco de retornar ao mundo do trabalho, apoiada por suas famílias, que continuam apresentando carências e necessidades em relação a manutenção do núcleo familiar.

Foi identificado como elemento negativo, há ausência de ações socioeducativas que levem em conta os desejos das crianças e adolescentes em realizarem determinadas tarefas, pois estes anseiam também por atividades que os façam sentirem incluídos socialmente, como as crianças elevadas economicamente. Portanto, antes de originarem determinadas atividades, a equipe deve realizar pesquisas, com o propósito de identificar os desejos e anseios e necessidades do público infanto-juvenil, tornando-se, assim, a frequência no serviço não somente proveitosa, mas também prazerosa. Em outras palavras, devem-se conferir as demandas dos atores sociais objeto do SCFV.

Verificou-se que para a eficácia do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, no que diz respeito ao trabalho infantil, é indispensável adentrar com maior profundidade no conhecimento das questões culturais que o envolvem para se desenvolver ações mais concretas que incidam sobre a visão de que “o trabalho dignifica o homem” prevenindo a delinquência e a marginalidade.

O município, por meio de seus gestores, poderia atuar para o enfrentamento do trabalho infantil, realizando a divulgação deste nos meios de comunicação: jornais, rádios e televisão. A partir do momento em que se expande a discussão sobre o problema em questão, a sociedade se mobiliza e fiscaliza a exploração do trabalho infantil. Os meios de comunicação podem também causar a sensibilização de empresas privadas para a criação de vagas de primeiro emprego. Desta forma, unindo empresários, sociedade civil organizada e a mídia, através de campanhas publicitárias, a cidade estará utilizando instrumentos eficazes de combate ao trabalho infantil.

As crianças e adolescentes que hoje trabalham não se tornarão aptos a tomar decisões, planejar, estabelecer objetivos, prioridades e obter melhores condições de trabalho e de renda, na medida em que esses aspectos só podem ser efetivados na prática, sem coerções, a partir de uma visão crítica, que por sua vez, só é viabilizada por meio da educação (SPOSATI, 1997)

O que se tem demonstrado, a partir do entendimento e compreensão conjuntura onde se originam as questões sociais, é que Políticas de Assistência Social, só alcançaram graus máximos referentes àquilo que se propõem mediante um conjunto articulado de outras políticas sociais públicas.

Poder-se-ia, ainda, executar atividades que vão ao encontro das necessidades das famílias assistidas pelo SCFV, atividades estas não apenas sócio-educativas, mas ações de complementação de renda familiar; programas de geração de trabalho e renda; serviços especializados de apoio psicossocial às famílias em situações de extrema vulnerabilidade . Como também atividades de lazer e cultura. Desta forma, a família será incluída socialmente e economicamente na sociedade.

O município, através de seus gestores, poderia atuar para a erradicação do trabalho infantil, realizando a divulgação deste nos meios de comunicação: jornais, rádios e televisão. A partir do momento em que se amplia a discussão sobre o problema em questão, a sociedade se mobiliza e fiscaliza a exploração do trabalho

infantil. Os meios de comunicação podem também promover a sensibilização de empresas privadas para a criação de vagas de primeiro emprego. Desta forma, unindo empresários, sociedade civil organizada e a mídia, através de campanhas publicitárias, o município estará utilizando instrumentos eficazes de combate ao trabalho infantil.

A queda nos índices, frequentemente citada como resultado positivo dos programas sociais é também uma evidência contrária às convenções internacionais e às legislações federais, que proíbem o trabalho infantil sob qualquer hipótese. Desde as primeiras legislações que determinam a idade mínima para ingresso no trabalho, convive-se com múltiplas formas de exploração, afrontando as determinações legais, através de ressalvas mantidas nas normas jurídicas e conceitos que permitem a perpetuação do trabalho infantil como forma de superexploração do trabalho humano pelo capital.

Esta análise não tem a finalidade de desqualificar as ações até então postas em prática. Ao contrário. Como discorre Yazbek (2006, p.26), as políticas expandem direitos sociais, permitem o acesso a recursos e serviços sociais, criam possibilidades de interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil e, sobretudo, abrem espaços para o protagonismo e para a ação coletiva de atores políticos que lutam pela realização do caráter público nas políticas sociais.

A realidade é que o trabalho infantil precisa ser pensado com seriedade no país, não se podendo ignorar a presença das crianças e adolescentes nas ruas, desenvolvendo atividades impróprias para sua capacidade física, afastadas das salas de aula, tendo, em consequência deste fato, prejudicados seu desenvolvimento. Para tanto faz-se necessário, planejar políticas públicas eficazes e condizentes com a realidade do trabalho infantil e que garantam o pleno desenvolvimento dos aspectos físicos, psíquicos, sociais e intelectuais às crianças e adolescentes.

Diferentemente das políticas públicas, que ocultam nas entrelinhas de suas finalidades uma preocupação estritamente econômica, o serviço deve voltar-se para a questão da garantia dos direitos sociais das crianças e adolescentes como fator prioritário para o enfrentamento dessa problemática, articulando suas ações com outras políticas que deem conta de todos os elementos inerentes a esta questão social.

REFERÊNCIAS

_____. **Convenção 138**. Genebra: OIT, 1973. Disponível: em www.oitbrasil.org.br, acesso em 23 de setembro de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 set. 2014.

_____. **Decreto 6.481 de 12 de junho de 2008**. Sobre a regulamentação dos artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da OIT. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 26 de set. 2014.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069 de 13 de setembro de 1990. Brasília, Diário Oficial da União, 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria n.º 666, de 28 de dezembro de 2005**. Brasília: MDS, 2005b. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 27 de set. 2014.

ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 95, 2006. em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a11v2795.pdf>>. Acesso em: 28 de set. 2014.

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e estranhamento. In: _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 123-136.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ASMUS, CIF. **Avaliação do processo produtivo em mineração de diamantes e suas repercussões sobre a saúde dos adolescentes garimpeiros**. 2001. Tese de Doutorado. (Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Leis, decretos etc. **Lei 10.097 de 19 dez. 2000**[altera dispositivos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, dispendo sobre a proibição do trabalho a

menores de 16 anos...] Brasília, 2000a. Na Internet: www.fundabrinq.org.br/peac/Base/legislacoes/lei10097.htm. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_3_559_73_3.pdf\(rever\)](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_3_559_73_3.pdf(rever)).

CFESS. Manifesto Comunista . Brasília: 2009. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/pnf.pdf>> Acesso: 15 out. 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.p.55-57.

CRUZ, Miriam B. O. O Trabalho Docente no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). ENCONTRO DE PEDAGOGIA, Campo Grande, 2007. **Anais do Encontro de Pedagogia: 40 Anos Formando Educadores**, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007. Disponível em: <http://cpan.ufms.br/old/encontro_pedagogia/4_Relatos_de_experiencia/Relato02.pdf> Acesso em: 24 out. 2014.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. -1.ed.São Paulo, junho. 2008.

Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar PNDA (2012). (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999

MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Censos Demográficos, Contagem da População e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Banco de Dados SIDRA. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/. Acesso em 24 out. 2014.

LIBERATI, Wilson Donizeti; DIAS, Fábio Muller Dutra. **Trabalho infantil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História da Criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996. PAIVA, Beatriz Augusto. **Trabalhadores Sociais do SUAS: qual agenda a construir**.

Caderno de Textos VIII Conferencia Nacional de Assistência Social, Brasília: CNAS, 2011.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente: a necessária efetivação dos direitos fundamentais.** Florianópolis : Fundação Boiteux, 2012. 32 p . – (Pensando o Direito no Século XXI; v. 5 Disponível em <http://funjab.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2012/09/VD-Direito-da-Crianca-18-09-2012.pdf>).

LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. In: **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física, mental, cultural e econômico.** Brasília, Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em: <www.mte.gov.br/trab_infantilpub_541.pdf>. Acesso em: 01. 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 22-28.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsanaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008,

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil.** Brasília: UnB, 2003.

OIT. **Convenção 182.** Genebra: OIT, 1999. Disponível em www.oitbrasil.org.br, acesso em 11 de outubro de 2014.

OIT. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do Ipec no Brasil.** Brasília: OIT, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Convenção Internacional dos Direitos da Criança. 1990.** Disponível em www.promenino.org.br. Acesso em 30 Set. 2014.

PADILHA, Miriam Damasceno. **Criança não deve trabalhar: A análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e repercussão na sociabilidade das famílias participantes.** Recife, Universitária (UFPE), 2006.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Aprendizagem e Subjetividade: uma construção a partir do brincar. **Revista do Departamento de Psicologia**. Niterói, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v17n2/v17n2a06.pdf>>. Acesso em: 28 Set. 2014.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. RIZZINI, Irene. **Arte de Governar Crianças**. Rio de Janeiro: USU, 1995.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU, 1997.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes histórias das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Anais, 1997.

RODRIGUES. Maria Aurenice M. F; LIMA. Antonia Jesuíta. **Infância, pobreza e trabalho infantil**. In: Serviço Social & Sociedade. n. 90 – São Paulo: Cortez, 2007. (pg. 58-81).

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **Adultização da Infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará**. In: Serviço Social & Sociedade. n.69 – São Paulo: Cortez, 2002. (pg. 151-172).

SILVA, Solange santos. **O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.** 2012

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação mundial da infância 1997.** Brasília: UNICEF, 1997. Disponível em: www.unicef.org.br, acesso em: 22 Set. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

Bacharelado em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: O TRABALHO INFANTIL EM FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB-Coordenação de Serviço Social. Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal analisar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo do município de Cruz das Almas-BA, tomando como foco a sua contribuição no processo de combate ao trabalho infantil. A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral. Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Após ter lido e discutido com a pesquisadora os

termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Profª Ms MARCIA CLEMENTE
Pesquisadora/Orientadora
Email: Marcia_sclemente@yahoo.com
Tel.: (75) 92085930

CINTIA RIBEIRO DOS REIS
Estudante/colaboradora
Email: cintiareis2701@hotmail.com
Tel.: (75) 81303782

Professor (a) Colaborador (a)

APÊNDICE B: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Questionário com perguntas direcionadas aos profissionais do serviço de convivência que trabalham com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil de Cruz das Almas.

Prezado (a) colaborador (a), este questionário é uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso realizado no curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade do Recôncavo da Bahia- UFRB cujo tema é **“O TRABALHO INFANTIL EM FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS”**, sob a orientação da Professora Marcia Clemente da UFRB, por esta razão, solicito sua contribuição para responder às perguntas abaixo sendo suas informações extremamente importantes e serão utilizadas única e exclusivamente para a pesquisa. Em nenhum momento você será identificado em suas respostas. Colocamo-nos à disposição para eventuais sugestões e esclarecimentos. Atenciosamente, Cíntia Ribeiro dos Reis.

I) Caracterização

Data: _____

Nº: _____

Instituição: _____

1) Idade: _____

2) Nacionalidade: _____

3) Profissão: _____

4) Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____

5) Sexo:

(A) Masculino

(B) Feminino

6) Como você se considera:

(A) Branco (a)

(B) Pardo (a)

(C) Negro (a)

(D) Amarelo (a)

(E) Indígena (a)

(F) Outra

7) Grau de escolaridade:

(A) Ensino fundamental incompleto

(B) Ensino fundamental completo

(C) Ensino médio incompleto

(D) Ensino médio completo

(E) Ensino superior incompleto

(F) Ensino superior completo

II) Questionário

1) Qual a sua opinião sobre o trabalho infantil na feira livre de Cruz das Almas?

2) O que é o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV)?

3) Quais são as ações desenvolvidas pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV) as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil de Cruz das Almas?

4) Sobre os critérios do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV)? . Qual a sua opinião sobre eles?

5) O trabalho do o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV) é desenvolvido em rede? Se sim, quais as instituições compõem a rede de atendimento.

6) Quais medidas, na sua opinião, seriam eficazes para combater o trabalho infantil?

7) Qual a sua opinião sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

8) No cotidiano de seu trabalho você percebe perspectivas de mudança da situação de vulnerabilidade que as crianças e adolescentes?

9) Os profissionais do o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV) recebem capacitação? Quais e quantas no decorrer do ano?

10) O que você mudaria ou acrescentaria no serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV)?

11) Quais impactos sociais, econômicos e culturais o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo(SCFV) é capaz de causar na vida das famílias contempladas pelo mesmo?

12) O objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo(SCFV) em relação as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil esta sendo alcançado? Porque?

Agradeço a sua colaboração!